



MOPTC | Ministério das Obras Públicas,
Transportes e Comunicações

PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2005

INTERVENÇÃO OPERACIONAL DE
ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES
JUNHO DE 2006



FEDER
União Europeia

PROGRAMA OPERACIONAL
DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2005

I)	MODIFICAÇÕES RELEVANTES DAS CONDIÇÕES GERAIS DA INTERVENÇÃO -----	3
II)	ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR-----	6
1.	ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO POAT-----	7
2.	PRINCIPAIS CONCLUSÕES -----	7
3.	RECOMENDAÇÕES -----	11
III)	ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS -----	12
1.	PROJECTOS APROVADOS -----	13
3.	INDICADORES FÍSICOS -----	18
4.	INDICADORES DE RESULTADO -----	20
IV)	EXECUÇÃO FINANCEIRA -----	22
1.	SITUAÇÃO DO POAT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005-----	23
2.	REGRÁ DO “N+2” NO ANO 2005-----	26
3.	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO -----	27
4.	PREVISÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FEDER -----	29
5.	GRANDES PROJECTOS -----	30
6.	DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO -----	32
7.	INVESTIMENTO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PHASING-OUT) -----	33
8.	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA -----	34
9.	EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR MEDIDA -----	36
V)	DISPOSIÇÕES DA AUTORIDADE DE GESTÃO-----	46
1.	INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM 2005-----	47
2.	ACÇÕES DE CONTROLO FINANCEIRO -----	53
VI)	MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE -----	60
VII)	SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS -----	63
VIII)	COMPATIBILIDADE COM POLÍTICAS COMUNITÁRIAS -----	66
Anexos:		
A1	– INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA-----	71
A2	– EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA -----	74
A3	– EXECUÇÃO FINANCEIRA POR REGIÃO -----	78
A4	– LISTAGEM DE PROJECTOS EM CURSO -----	82

I) MODIFICAÇÕES RELEVANTES DAS CONDIÇÕES GERAIS DA INTERVENÇÃO

I) MODIFICAÇÕES RELEVANTES DAS CONDIÇÕES GERAIS DA INTERVENÇÃO

O Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes (POAT), dadas as características da maioria dos projectos que apoia e a natureza das entidades que os executam, é fortemente condicionado pela situação económica e financeira Portuguesa.

Com efeito, as candidaturas a comparticipação comunitária por este Programa referem-se, na sua maioria, a investimentos públicos em infra-estruturas de transportes ou em equipamentos pesados, os quais são muito avultados. Os seus executores são empresas públicas ou empresas de capitais maioritariamente públicos. Assim, a contrapartida nacional é em grande parte proveniente do Orçamento de Estado, mais concretamente do capítulo 50º do OE - PIDDAC do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Em 2005, como é do conhecimento geral, a política orçamental foi condicionada pela necessidade de consolidação das finanças públicas, tal como será nos próximos anos, o que teve reflexos nos investimentos do sector dos transportes.

No conjunto das entidades executoras de projectos candidatáveis a apoio do POAT, na despesa executada em sede do PIDDAC do MOPTC, observou-se neste ano um decréscimo de 7,61% em comparação com 2004. Para isso contribuiu a diminuição de 9,83% da parcela do financiamento nacional público e de 27,76% das “outras fontes”. Assim, apenas o grande aumento do montante das subvenção comunitárias – 38,45% - impediu uma descida mais acentuada do investimento sectorial.

Para além da questão orçamental, também a instabilidade governativa influenciou a execução do POAT em 2005. As eleições legislativas de Fevereiro conduziram à formação do actual Governo que, desde a sua entrada em funções (em Março) até Julho executou o Orçamento elaborado pelo Governo anterior (OE 2005), só a partir daí tendo passado a executar o seu próprio Orçamento (OER 2005). Houve redefinição de prioridades de investimento, com reflexos na execução de projectos.

Outro aspecto que afectou o desempenho do Programa foi o da instabilidade ao nível da Gestão. A Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes teve um gestor diferente em cada um dos semestres de 2005, após ter tido no ano anterior igualmente

dois gestores. Assim, entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2005 passou por quatro

períodos de gestão (três mudanças). Estas alterações, por si só criadoras de perturbação, foram acompanhadas de saídas de pessoal da Estrutura de Apoio Técnico. A reduzida dimensão desta e os procedimentos necessários para preenchimento das vagas, dificultaram muito o trabalho da EAT e da gestão.

Feitas estas observações, há que realçar que o nível de aprovação de participação comunitária em 2005 foi superior à média dos cinco anos de vigência do QCA III e que a execução do POAT melhorou de 2004 para 2005, mantendo-se, no entanto, ainda baixa.

II) ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR

1. ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO POAT

Em 2005 foi realizada a Actualização da Avaliação Intercalar do POAT, conforme estipulado no nº 4 do artigo 42º do Regulamento (CE) nº 1260/99, do Conselho, de 21 de Junho e nos termos previstos nos nºs 1, 2 e 3 do mesmo artigo 42º. A avaliação incidiu essencialmente sobre os seguintes aspectos:

- Verificação das conclusões e recomendações da avaliação intercalar;
- Actualização da análise de desempenho físico e financeiro;
- Análise de impactes do POAT;
- Sistema de gestão e controlo.

Os procedimentos iniciaram-se com a publicação do anúncio em Diário da República em 11 de Fevereiro de 2005 e desenvolveram-se até 21 de Dezembro de 2005, com o envio do Relatório Final de Actualização da Avaliação Intercalar à Comissão Europeia.

Todo o processo teve a participação do Grupo Técnico de Avaliação do POAT, que emitiu parecer favorável nas suas diferentes etapas. Em reunião realizada em 13 de Outubro de 2005 o GTA emitiu parecer favorável ao Relatório Final apresentado pelos consultores. Em 7 Dezembro de 2005 o Relatório Final foi apresentado à Comissão de Acompanhamento do POAT e em 21 de Dezembro de 2005 foi enviado formalmente à Comissão Europeia pela autoridade de Gestão.

2. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Como aspectos positivos, foram destacados pelos avaliadores:

- *A elevada taxa de execução dos projectos aprovados (rácio Despesa Elegível/Investimento Elegível – 79,9%), o que indica a inexistência de atrasos significativos no desenvolvimento dos projectos que ameacem a sua boa conclusão mas também a forte recuperação da taxa de execução desde 2003. À data de 30-06-2005, 71 projectos encontravam-se concluídos (taxa de execução de 100%) e 13 com taxas de execução de 95% a aguardar a apresentação de relatório final;*
- *O elevado valor do rácio Execução FEDER / Participação (82,4%) que permite perceber o bom andamento dos projectos em curso; e*
- *A não existência de atrasos significativos de pagamento, sendo que a 30 de Junho de 2005 tinham sido efectuados pagamentos no valor de 97% da Execução FEDER contraída.*

E como aspectos negativos ressaltaram:

- *A taxa média de participação (Participação FEDER / Investimento Elegível = 40,0%) a 30 de Junho de 2005 é 3 p.p. inferior à programada.*

- *O abrandamento das taxas de crescimento anuais quer do Investimento Elegível Aprovado quer da Participação o que pode colocar em risco o atingir do programado.*

Verificaram-se, contudo, especificidades em cada medida, para as quais foram produzidos os seguintes comentários:

- **MEDIDA 1.1 - LIGAÇÃO MULTIMODAL PORTUGAL-ESPANHA / RESTO DA EUROPA**

Considerando o nível de comprometimento financeiro FEDER (Aprovado/Programado) e a execução física da medida, os esforços da gestão deverão centrar-se, até ao final do Programa, na execução dos projectos ferroviários e projectos aeroportuários já aprovados, designadamente na Modernização da Linha da Beira Baixa e nos Planos de Expansão do Aeroporto de Faro (que ainda aguarda confirmação da taxa de participação da Comissão Europeia) e do Aeroporto de Sá Carneiro.

Existe ainda alguma folga, embora não muito elevada, para a aprovação de novos projectos no âmbito desta medida. A tipologia de projectos a aprovar deve ser tal que estes apresentem elevada relevância para o cumprimento dos objectivos da medida e contribuam significativamente para os valores dos indicadores de realização e de resultado.

- **MEDIDA 1.2: ACELERAR A CONSTRUÇÃO DOS EIXOS TRANSVERSAIS E DIAGONAIS ESTRUTURANTES**

Os projectos apresentam as taxas de execução financeira mais elevadas do Programa. Os indicadores da medida têm também um bom nível de execução (todos os indicadores apresentam mais de 50% do objectivo final cumprido).

No entanto, o rácio FEDER (Aprovado/Programado) indica existir ainda folga para a aprovação até 2006 de novos projectos. Na 18ª Reunião da Unidade de Gestão realizada a 11 de Outubro de 2005 foram aprovados dois projectos: IP7 - Viaduto do Eixo Norte Sul sobre a Avenida Padre Cruz e IP8/EN260 - Reabilitação da Ponte de Serpa sobre o Rio Guadiana com um montante de investimento elegível de 32,3 M€.

- **MEDIDA 2.1: MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES E INTERVENÇÕES NOS PORTOS**

Nesta medida tanto a taxa de execução financeira como os indicadores da medida apresentam bons níveis de execução (63% dos indicadores já atingiram o seu objectivo final).

O rácio FEDER (Aprovado / Programado) mostra existir ainda capacidade para a aprovação de novos projectos que estabeleçam e/ou melhorem as ligações ferroviárias aos principais portos nacionais, eliminando estrangulamentos existentes nas ligações rodoviárias entre os portos principais e a rede rodoviária nacional e que melhorem as infra-estruturas portuárias, cumprindo assim os objectivos da medida.

- **MEDIDA 2.2: DESENVOLVIMENTO DA REDE COMPLEMENTAR RODOVIÁRIA**

Esta medida apresenta tanto um rácio FEDER (Execução / Aprovado) como os indicadores da medida com bons níveis de desempenho. No entanto, o indicador correspondente à extensão de estradas a construir no âmbito da rede complementar está ainda longe de cumprir o objectivo estabelecido.

Deste modo, recomenda-se não só acelerar os ritmos de execução dos projectos em curso, mas também a aprovação de mais projectos que contribuam para a melhoria do indicador. Na 18ª Reunião da Unidade de Gestão foram aprovados três projectos: EN361- Beneficiação entre Lourinhã e Bombarral, Ligação entre o IC2 e o Acesso Sul à Ponte Europa e EN1- Beneficiação entre Landiosa e Picóto.

▪ MEDIDA 2.3: DESENVOLVER UMA REDE NACIONAL DE LOGÍSTICA

O número reduzido de projectos aprovados e de verba afectada é prova de que existe margem para aprovação de novos projectos de logística como a execução de plataformas logísticas, o desenvolvimento de acções para integração e ordenamento das áreas logísticas existentes e o desenvolvimento de sistemas de gestão centralizada e de integração modal ou intermodal.

Embora esta medida já tenha sido alvo de reprogramação, as insuficientes taxas de execução na medida deixam antever a necessidade de agilizar o ritmo de realização dos projectos de forma a concretizar o cumprimento das metas da medida. Desde 30-06-2005 foi aprovado somente mais um projecto. Alerta-se que o alcance das metas até 2006 se configura como uma tarefa de muito difícil concretização pelo que se recomenda nova reprogramação do Eixo até 31-12-2006.

De salientar que não estão definidos indicadores adequados aos projectos no âmbito do transporte de passageiros.

▪ MEDIDA 3.1: DESENVOLVIMENTO DE LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS ENTRE CENTROS URBANOS

Embora nesta medida existam apenas dois projectos aprovados o rácio FEDER (Aprovado / Programado) é relativamente elevado o que revela um desequilíbrio entre o nível de comprometimento financeiro e o nível de execução dos indicadores da medida, pelo que os esforços da gestão devem ser dirigidos para a aprovação de projectos de elevada relevância para o cumprimento dos objectivos.

No entanto, tal desajuste também decorre dos indicadores escolhidos para a avaliação da medida. Com efeito, os objectivos específicos:

“Intervenções de modernização e renovação ferroviária de importância regional, nomeadamente nas ligações ferroviárias do Porto à cidade de Braga e à Trofa” e “Desenvolvimento de novas ligações de modos de transporte em sítio próprio, nas áreas suburbanas de Lisboa e Porto, nomeadamente a ligação entre Lisboa e Odivelas” não podem ser traduzidos em indicadores como “Redução dos tempos de percurso – ferrovia (min): Lisboa – Porto; Lisboa – Braga; Lisboa – Guarda; Lisboa – Covilhã, etc”.

▪ MEDIDA 3.2: MELHORIA DAS LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS ENTRE CENTROS URBANOS E NÓS E VARIANTES

Nesta medida, apenas os indicadores correspondentes à extensão de estradas a construir apresentam taxas de realização baixas pelo que se recomenda não só acelerar os ritmos de execução dos projectos em curso mas também a aprovação de projectos que influenciem estes indicadores.

Em carteira para serem aprovados na 18ª Reunião da Unidade de Gestão encontram-se já cinco projectos: EN330 Beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres; Via do Tâmega – Lanço Celorico de Basto/Amarante (Trabalhos Complementares); Variante à EN213 Lanço Valpaços/IP4; IC23 Nô da Barrosa / Av. da República e EN18 – Variante à Ponte sobre a Ribeira de Figueiró que podem contribuir significativamente para a melhoria dos indicadores.

▪ MEDIDA 4.1: MELHORIA DA QUALIDADE E EFICIÊNCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTES

A maioria dos indicadores desta medida encontra-se longe de atingir os objectivos propostos. Os projectos que melhorarão o desempenho dos indicadores são os projectos que se prendem com os portos em matéria de segurança e ambiente, pelo que devem ser estes a terem prioridade em termos de aprovação.

▪ MEDIDA 4.2: REFORÇO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO SISTEMA DE TRANSPORTES

Considerando o nível de comprometimento financeiro e a execução física da medida, os esforços da gestão deverão centrar-se, até ao final do Programa, na execução dos projectos ferroviários já aprovados e a aprovar que permitam melhorar o desempenho do indicador relativo às passagens de nível, que tem actualmente um baixo nível de execução.

A folga existente entre o Aprovado e o Programado permite ainda a aprovação de outros projectos que irão contribuir para o cumprimento dos objectivos da medida.

▪ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Como os projectos aprovados são plurianuais, a imagem que resulta para este Eixo é que já não existe margem de manobra para a aprovação de novos projectos. No entanto, o que se verifica, é que a taxa de execução FEDER é muito baixa, pelo que ainda há espaço para outros projectos nomeadamente os correspondentes à construção de SIG e à melhoria da Grelha de Avaliação de Projectos.

3. RECOMENDAÇÕES

Os avaliadores entenderam dever destacar os seguintes aspectos:

No essencial, as recomendações já estão feitas no ponto resumo de cada medida. Importa, no entanto, ressaltar que existe a necessidade imperiosa de análise interna da medida 2.3 agilizando o que houver para agilizar, abrindo o leque de possíveis candidatos (quer no perfil das entidades promotoras, quer na tipologia dos projectos), quer ainda questionando a possibilidade de nova Reprogramação, sob pena de uma medida que era emblemática para este POAT vir a ser um dos seus pontos negativos, por não ter conseguido realizar projectos ou por ter FEDER aprovado que não gasta.

- *Ao nível da gestão do POAT, as recomendações feitas têm cabimento desde já, e passam por medidas simples e implementáveis a curto prazo:*
- *Reforçar a dimensão da equipa completando o quadro previsto legalmente. Sabe-se que esta acção ultrapassa a competência da Gestão, mas que por esta passa a manifestação da sua necessidade;*
- *Manter a opção pela polivalência da estrutura de apoio técnico permanente;*
- *Ponderar as alternativas para resposta às necessidades de especialização nalguns domínios de investimento: especialização interna, recurso a contratação externa ou parcerias / protocolos institucionais com entidades competentes (daqui derivará, decerto, o perfil das pessoas a contratar);*
- *Desenvolver um protótipo de módulo SIG para o sistema de informação do Programa (extensível a outros domínios de acção do Ministério, desde logo aqueles que estão afectos à Gestão da IOT – financiamentos FEDER, Fundo de Coesão e redes transeuropeias de transportes), associado ao SIFEC ou não.*
- *Apostar no desenho de uma nova Grelha de Avaliação de Projectos que privilegie a melhoria da avaliação da relevância dos projectos para o cumprimento dos objectivos do Programa (que poderá ser utilizada em paralelo com a existente e testada para o próximo período de programação); e*
- *No curto prazo, em 2005, monitorização apertada dos Pedidos de Pagamento de forma a garantir o cumprimento da regra N+2.*

III) ESTADO DE AVANÇO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E MEDIDAS

1. PROJECTOS APROVADOS

Até 31 de Dezembro de 2005 foram aprovados, no âmbito da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, 196 projectos cuja tipologia e objetivos específicos determinaram a sua integração em todos os eixos, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Nº DE PROJECTOS APROVADOS POR EIXO E POR MEDIDA

Designação da Medida/Eixo	Nº de Projectos		
	2000-2004	2005	TOTAL
- Promover a Conclusão do Projecto Prioritário	9	0	9
- Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes	13	2	15
EIXO 1	22	2	24
- Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos	10	1	11
- Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária	20	7	27
- Desenvolvimento de uma Rede Nacional de Logística	1	2	3
EIXO 2	31	10	41
- Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos	2	1	3
- Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros Urbanos, Nós e Variantes	44	21	65
EIXO 3	46	23	69
- Melhoria da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	10	2	12
- Reforço das Condições de Segurança do Sistema de Transportes	24	19	43
EIXO 4	34	21	55
Assistência Técnica	8	0	8
TOTAL	141	55	196

Em termos de repartição regional, foram aprovados até ao fim do ano de 2005 projectos em todas as regiões.

Nos casos em que os projectos se realizam em mais do que uma região, a distribuição regional teve em conta a região com maior peso. No quadro seguinte é apresentada a repartição dos projectos aprovados até 31 de Dezembro de 2005.

Nº DE PROJECTOS APROVADOS POR REGIÃO

Região	Nº de Projectos		
	2000-2004	Em 2005	TOTAL
Norte	50	15	65
Centro	39	14	53
Lisboa e Vale do Tejo	21	14	35
Alentejo	12	8	20
Algarve	5	1	6
Não Regionalizável	14	3	17
TOTAL	141	55	196

Em termos de distribuição sectorial, foram também aprovados até 31 de Dezembro de 2005 projectos em todos os subsectores, sendo no sector rodoviário que se verificou um maior número de projectos aprovados.

Nº DE PROJECTOS APROVADOS POR SECTOR

Sector	Nº de Projectos		
	2000-2004	2005	TOTAL
Aéreo	2	0	2
Ferroviário	17	3	20
Marítimo/Portuário	15	2	17
Rodoviário	98	49	147
Outros	9	1	10
TOTAL	141	55	196

2. CONTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS APROVADOS PARA OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

No quadro seguinte apresenta-se uma matriz de afectação entre os projectos aprovados durante o ano de 2005 e o objectivo específico da medida em que se integram.

PROJECTOS APROVADOS EM 2005 POR OBJECTIVO ESPECÍFICO

MEDIDA/PROJECTOS	
1.2	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a articulação dos eixos transversais e diagonais estruturantes de importância nacional com o PP 8. - IP2 Nó de Castro Verde da A2/Castro Verde - IP7 - Viaduto do Eixo Norte Sul sobre a Avenida Padre Cruz
2.1	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as acessibilidades terrestres aos portos. Melhorar as acessibilidades marítimas aos portos. Desenvolver as infra-estruturas portuárias de articulação modal. - Acessibilidades Terrestres na zona Leste do Porto de Sines (rodo-fer.) ao Terminal de Contentores
2.2	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para a conclusão da rede complementar rodoviária. - IC3 - Nó da Boavista / EN17 (Ponte da Portela) - IC1 Beneficiação entre Ourique e Santana da Serra - IC2(EN1) Beneficiação entre o Km79+889 (LD Leiria Santarém) e o Km118+990 (Entroncamento com a EN356-1) - Beneficiação do IC8 - EN361 Beneficiação entre Lourinhã e Bombarral - Ligação entre o IC2 e o acesso Sul à Ponte Europa - EN1 Beneficiação entre Landiosa e Picoto
2.3	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma Rede Nacional de Logística - Implementação do Novo Sistema de Bilhética da Carris - OTLIS - Carregamento de cartões Chip Via Terminais Remotos e ATM
3.1	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos - Linha de Guimarães I: Reversão do subtroço Sto. Tirso - Lordelo
3.2	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as ligações rodoviárias entre os centros urbanos. Melhorar as ligações dos centros urbanos de média dimensão aos nós. Contribuir para a concretização de um plano nacional de variantes. - EN342 Variante entre Miranda do Corvo e Lousã - Trabalhos Complementares - Beneficiação da EN2 - 1ª Fase - Variante à EN321-1 entre Soalhães e Baião - Variante à EN222 - Ponte do Arda/EM504 - Variante à EN232 em Gouveia - EN223 Beneficiação entre Corga do Lobão e Souto Redondo - Variante à EN9-2 em Pêro Negro - Ligação do Nó da A8 à EN374 - Variante à EN212 entre Chã e Alijó - Variante à EN222 - Beneficiação entre Arnelas (Km1+700) e a Barragem de Crestuma/Lever (Km11+750) - EN211 Beneficiação entre Marco de Canaveses e Mosteirô - Alargamento do IC19 - Reformulação dos nós do Hospital e Queluz - IC19 - Alargamento e Beneficiação entre o Nó de Queluz e o Nó do Cacém

- Via do Tâmega - Lanço Celorico de Basto/Amarante (Trabalhos Complementares)
- Variante à EN213 - Lanço Valpaços/IP4
- IC23 Nó da Barrosa / Av. da República
- EN115-5 Ligação do MARL à Variante à EN10
- EN18 Variante à Ponte sobre a Ribeira de Figueiró
- Reformulação do Nó do Regado - VCI Porto
- Variante à EN108 em Entre-Os-Rios e Variante à EN224 - 2ª Fase
- EN330 Beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres
- Variante à EN 238 entre proximidades de Ferreira do Zêzere e EN 110 (IC3)

4.1 Aquisição e reconversão de material circulante ferroviário. Implementação de sistemas de gestão e controlo de tráfego. Implementação de sistemas de monitorização da qualidade ambiental.

- Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Conforto e Imagem
- Estudo de Transporte Ferroviário de Mercadorias em Portugal

4.2 Contribuir para a supressão de passagens de nível. Contribuir para a supressão de pontos negros nas estradas. Promover sistemas de informação e segurança. Desenvolver sistemas de prevenção e combate a acidentes.

- EN114-3 Reabilitação do Pavimento entre Coruche (Km0+980) e Salvaterra de Magos (Km25+550)
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Santarém
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Portalegre
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Porto
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Leiria
- EN311 - Reabilitação e Alargamento da Ponte da Pala (Km99+400)
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Viana do Castelo
- EN17 Cruzamento com as EENN330 e 330-1
- Beneficiação e Alargamento de 3 pontões na EN115-2 e 1 pontão na EN1-4
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Aveiro
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Coimbra
- Beneficiação das EN1/IC2, EN109 e EN327 - Juntas de dilatação e taludes
- EN18 Beneficiação de Cruzamento em Alcaria - Construção de Rotunda
- EN219 Beneficiação entre Vimioso e Algosó
- Beneficiação das EN8 e EN8-5 - Execução de Muro de Suporte, Sistema de Drenagem e Passeios
- Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro - 2ª Fase
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Bragança
- Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Évora

Em termos globais, é possível estabelecer a seguinte matriz de correspondência entre os objectivos de cada medida e o número de projectos aprovado até 31 de Dezembro de 2005 que concorrem para a sua concretização:

Nº DE PROJECTOS APROVADOS POR OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS

Medida	Projectos	Nº de projectos		
		2000/04	Em 2005	TOTAL
1.1	- Contribuir para a conclusão da rede rodoviária fundamental no PP Nº 8	5	0	5
	- Contribuir para a conclusão da rede ferroviária fundamental no PP Nº 8	2	0	2
	- Promover a intervenção nos aeroportos e portos principais	2	0	2
1.2	- Promover a articulação dos eixos transversais e diagonais estruturantes de importância nacional com o PP nº 8	13	2	15
2.1	- Melhorar as acessibilidades terrestres aos portos	2	1	3
	- Melhorar as acessibilidades marítimas aos portos	3	0	3
	- Desenvolver as infra-estruturas portuárias de articulação modal	5	0	5
2.2	- Contribuir para a conclusão da rede complementar rodoviária	20	7	27
2.3	- Contribuir para a construção de plataformas logísticas	1	0	1
	- Contribuir para a construção ou o reordenamento de áreas logísticas	0	0	0
	- Melhoria do sistema transporte público passageiro		2	2
3.1	- Promover a renovação da via-férrea entre centros urbanos	1	1	2
	- Promover a construção de novos troços de via-férrea junto das áreas metropolitanas	1	0	1
3.2	- Melhorar as ligações rodoviárias entre os centros urbanos	15	6	21
	- Melhorar as ligações dos centros urbanos de média dimensão aos nós	9	4	13
	- Contribuir para a concretização de um plano nacional de variantes	20	11	31
4.1	- Aquisição e reconversão de material circulante ferroviário	5	1	6
	- Implementação de sistemas de gestão e controlo de tráfego	2	1	3
	- Implementação de sistemas de monitorização da qualidade ambiental	3	0	3
4.2	- Contribuir para a supressão de passagens de nível	3	0	3
	- Contribuir para a supressão de pontos negros nas estradas	13	5	18
	- Promover sistemas de informação e segurança	5	0	5
	- Desenvolver sistemas de prevenção e combate a acidentes	3	0	3
	- O desenvolvimento de sistemas de vigilância e protecção		1	1
	- Reabilitação de pontes e túneis		13	13
AT	- Garantir as condições necessárias ao bom desempenho da gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa	4	0	4
	- Permitir o desenvolvimento de um conjunto de acções de enquadramento e divulgação do programa	4	0	4
	TOTAIS	141	55	196

3. INDICADORES FÍSICOS

Os indicadores físicos e de resultado devem permitir aferir em que medida o Programa Operacional está a concretizar os respectivos objectivos finais.

Assim, na análise do ponto de situação do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes a 31 de Dezembro de 2005, em termos dos indicadores de realização física e de resultado, vai-se não só apresentar os valores registados por cada um dos indicadores mas também indicar o seu grau de realização face à meta final estabelecida. Desta forma será possível avaliar a forma como está a decorrer a execução material dos projectos apoiados pelo POAT.

A situação em termos de indicadores físicos a 31 de Dezembro de 2005 pode ser observada no quadro seguinte.

Para o cálculo do nível global de aproximação à meta consideraram-se apenas os indicadores de realização para os quais existem dados disponíveis, ou seja, não considerando aqueles indicadores que estão associados a tipologias de projectos que ainda não foram aprovadas no âmbito do POAT, nomeadamente os seguintes indicadores:

- Áreas logísticas construídas ou melhoradas;
- Plataformas logísticas construídas.

Por outro lado, no caso em que os indicadores já apresentam valores superiores aos da meta final considerou-se um nível de aproximação de 100%.

Em 2005 não foram feitas alterações ao Complemento de Programação no que respeita aos indicadores físicos.

INDICADORES DE REALIZAÇÃO

Situação em 31/Dez/2005

Eixo	Med.	Indicador	Situação			
			Partida	2005	Meta	% Aprox. *
Eixo 1	1.1	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede fundamental do PP8 (Km)	950,00	1280	1510	59%
		Extensão de via-férrea a renovar (Km)		54,5	75	73%
		Extensão da modernização sistemas sinalização (km)		80	155	52%
		Extensão de via a electrificar (km)		80	155	52%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)		17	8	100%
		Aeroportos intervencionados (nº)		2	2	100%
	1.2	Extensão de estradas a construir no âmbito da da rede fundamental excepto PP8 (Km)	580	842	1015	60%
Eixo 2	2.1	Melhoria das acessibilidades aos portos nacionais (nº)		3	5	60%
		Desenvolvimento das infra-estruturas portuárias de articulação modal nos portos nacionais (nº)		3,5	5	70%
	2.2	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede complementar (Km) (**)	1260	1664	2300	39%
	2.3	Áreas Logísticas a construir ou melhorar (nº)			8	0%
Plataformas logísticas a construir (nº)				5	0%	
Eixo 3	3.1	Extensão de via-férrea a renovar (Km)		30	50	60%
		Extensão de via-férrea a construir (Km)		0	55	0%
		Extensão da modernização sistemas de sinalização (km)		30	290	10%
		Extensão de via a electrificar (km)		30	160	19%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)		11	10	100%
	3.2	Extensão de variantes urbanas a construir (km)		221	165	100%
	Extensão de estradas a construir e reabilitar no âmbito da rede de estradas nacionais (Km)		320	220	100%	
Eixo 4	4.1	Composições ferroviárias a adquirir ou renovar (nº)		115	45	100%
		Implementação e monitorização de planos de prevenção e salvaguarda ambiental nos portos nacionais (nº)		1	5	20%
	4.2	Implementação de planos de segurança nos portos nacionais (nº)		1	5	20%
		Número de passagens de nível suprimidas (unid)	2670	-253	-400	63%
	Número de obras de arte reabilitadas (unid)		14	50	28%	

(*) No caso em que os indicadores já apresentam valores superiores aos da meta final considerou-se um nível de aproximação de 100%.

(**) Inclui estradas beneficiadas.

4. INDICADORES DE RESULTADO

A situação em termos de indicadores de resultado a 31 de Dezembro de 2005 pode ser observada no quadro seguinte.

INDICADORES DE RESULTADO

Situação em 31/Dez/2005

Eixo	Medida	INDICADOR	Situação			
			Sit. Partida	2005	Meta	% Aprox. *
Eixo 1	1.1	Aumento dos movimentos de aeronaves				
		- Absoluto	72 937	76305	97 712	14%
		- Por hora	32	37	45	38%
	Redução dos tempos de percurso às principais fronteiras – rodovia (min)	- Guarda-Vilar Formoso	29	22	22	100%
		- Castelo Branco-Vilar Formoso	81	77	74	57%
		- Porto-Vilar Formoso	178	134	134	100%
		- Lisboa-Vilar Formoso	222	187	209	100%
		Redução dos tempos de percurso às principais fronteiras – ferrovia (min)				
	- Castelo Branco-Vilar Formoso	148	181	130	0%	
	- Porto-Vilar Formoso	230	212	200	60%	
- Porto-Valença	125	129	85	0%		
- Lisboa-Vilar Formoso	310	309	260	2%		
1.2	Redução dos tempos de percurso – rodovia (min)					
	- Bragança – Guarda	154	118	134	100%	
	- Castelo Branco – Évora	169	104	121	100%	
	- Évora – Beja	58	49	52	100%	
	- Beja – Faro	127	92	90	95%	
Eixo 2	2.1	Variação da carga movimentada				
		- Carga geral (Mt/ano)	5,4	4,57	7	0%
		- Graneis Sólidos (Mt/ano)	16,2	16,70	20	13%
		- Graneis Líquidos (Mt/ano)	28,8	27,10	33	0%
		- Contentores (TEUS/ano)	739.865	902.957	8	0%
	Redução dos tempos de percurso aos principais portos – Ferrovia (min)	- Évora-Setúbal	180	100	120	100%
		- Beja-Sines	270	119	210	100%
		- Castelo Branco – Lisboa	360	227	300	100%
		- Lisboa-Elvas	360	228	240	100%
		- Porto (Leixões) -Valença	360	138	180	100%
		- Porto (Leixões) -Vilar Formoso	420	316	330	100%
		- Lisboa-Vilar Formoso	465	372	390	100%
		- Sines-Elvas	600	384	300	72%
		- Portalegre-Setúbal	720	237	360	100%
		2.2	Redução dos tempos de percurso aos principais portos – Rodovia (min)			
- Guarda-Aveiro	126		98	89	76%	
- Aveiro-Vilar Formoso	155		115	111	91%	
- Castelo Branco-Lisboa	141		110	135	100%	
- Lisboa-Vilar Formoso	222		187	209	100%	
- Portalegre-Setúbal	119		105	118	100%	
- Porto (Leixões) - Vilar Formoso	178		134	134	100%	

INDICADORES DE RESULTADO

Situação em 31/Dez/2005 (cont.)

Eixo	Medida	INDICADOR	Situação			
			Partida	2005	Meta	% Aprox..
Eixo 3	3.1	Redução dos tempos de percurso – ferrovia (min)				
		- Lisboa – Porto	210	175	150	58%
		- Lisboa – Braga	290	240	190	100%
		- Lisboa – Guarda	270	254	210	100%
		- Lisboa – Covilhã	270	245	210	100%
		- Lisboa - Faro	250	180	180	100%
		- Lisboa - Beja	155	136	100	100%
		- Lisboa - Évora	150	132	80	100%
		- Porto – Braga	60	46	35	100%
	3.2	Redução dos tempos de percurso – rodovia (min)				
		- Entre as cidades médias				
		Bragança – Guarda	154	118	134	100%
		Guarda - Castelo Branco	118	55	52	95%
		Castelo Branco – Évora	169	104	121	100%
		Évora – Beja	58	49	52	100%
		Beja – Faro	127	92	90	95%
		- Das cidades médias às AM				
		Viseu – Lisboa	216	157	208	100%
		Viseu – Porto	107	72	90	100%
4.1	Áreas sob jurisdição portuária cobertas por sistemas integrados de gestão ambiental		0	0,81	Áreas dos Portos de Douro e Leixões, Aveiro, Lisboa, Setúbal e Sines	
		Aumento do número de comboios x km (10 ³ CK)				
		- Passageiros	32 080	28358	+ 3%	0%
		- Mercadorias	8 635	7143	+ 13%	0%
	Aumento do número de circulações/dia útil	- Suburbano de Lisboa	953	848	+ 5%	11%
		- Suburbano do Porto	278	228	+ 14%	18%
	4.2	Sinistralidade – rodovia				
		- Nº de acidentes com vítimas	49 319	37 066	-1%/ano	100%
		- Nº de feridos graves	8 177	3 762	-7,5%/ano	100%
	- Nº de mortos	1 865	1094	-6,5%/ano	100%	

* No caso em que os indicadores já apresentam valores superiores aos da meta final considerou-se um nível de aproximação de 100%.

** A CP Carga não têm tráfego nestas origens/destino

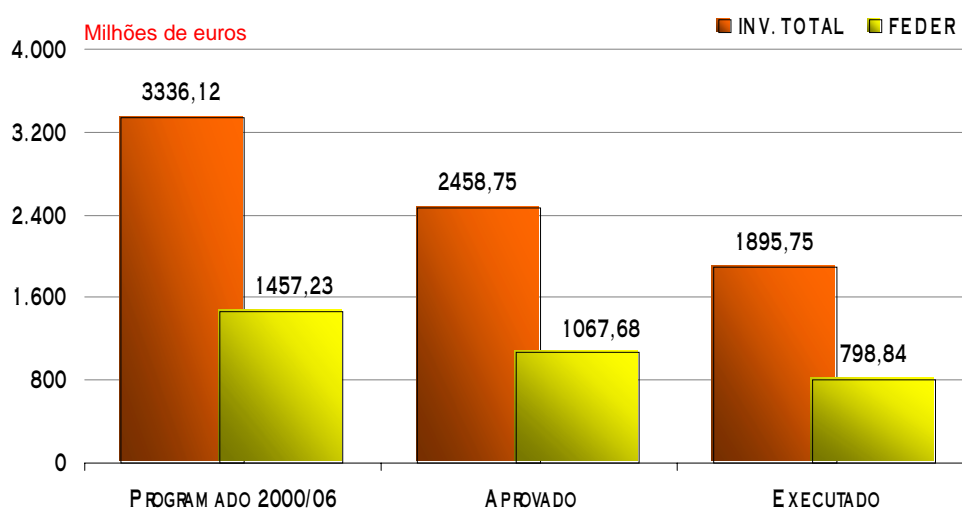
IV) EXECUÇÃO FINANCEIRA

1. SITUAÇÃO DO POAT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

De acordo com a Decisão C(2004) 5409 de 17 de Dezembro de 2004, a contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, é de 1 457,23 milhões de euros (entre 2000 e 2006), para um investimento total de 3 336,12 milhões de euros.

Em 31 de Dezembro de 2005 a situação do Programa no que respeita à aprovação e execução financeira era a indicada no gráfico e quadro seguintes.

EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005



Os montantes aprovados para participação representam respectivamente 73,7% e 73,3% do Investimento Total e do FEDER previstos para todo o período de programação.

A relação Executado/Programado para o mesmo período é de 56,8% no caso do investimento total e de 54,8% no caso do FEDER.

Face à situação em 31 de Dezembro de 2004 verifica-se um acréscimo significativo quer das taxas de aprovação de projectos quer das taxas de execução (investimento total e participação FEDER). Com efeito, em 2005 a taxa de investimento total aprovado (relação Aprovado/Programado) subiu 16,0 pontos percentuais e a taxa de aprovação FEDER subiu 20,6 pontos percentuais. Ainda assim, o POAT mantém-se significativamente abaixo nos níveis de compromisso do QCA III, situação que se pretende ver corrigida em 2006.

No que respeita às taxas de execução (relação Executado/Programado) regista-se igualmente um acréscimo bem significativo, respectivamente de 14,00 pp para o Investimento Total e 13,90 pp para o FEDER.

TAXAS DE APROVAÇÃO E DE EXECUÇÃO DO POAT (2004 E 2005)

Período	Aprovado/Programado		Executado/Programado	
	Total	Feder	Total	Feder
Em 31/12/2004	57,7%	52,7%	42,8%	40,9%
Em 31/12/2005	73,7%	73,3%	56,8%	54,8%
Δ	16,00%	20,60%	14,00%	13,90%

POAT: EVOLUÇÃO DA REALIZAÇÃO FINANCEIRA

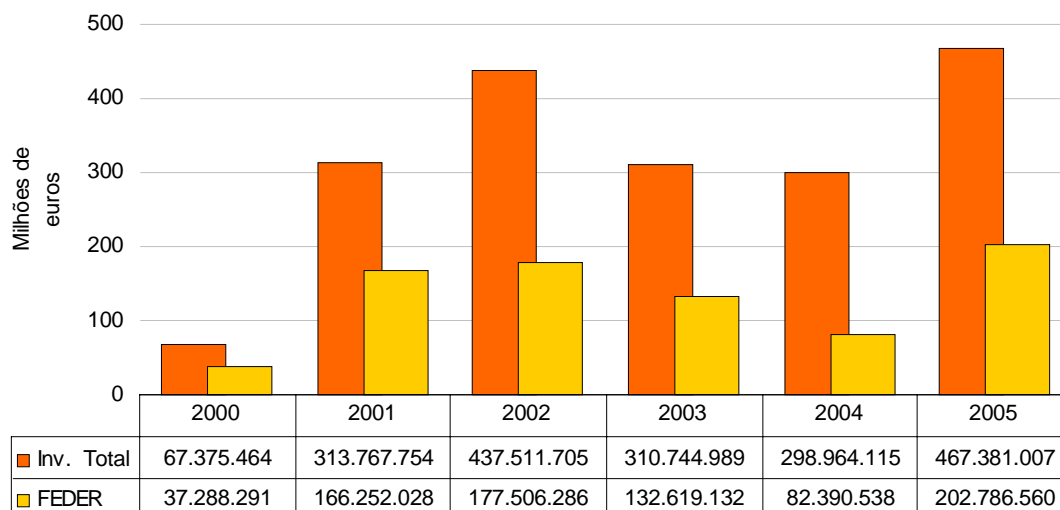
Euros

Anos	Designa	% de Compart.	Custo Total (Elegível Acumulado)	Participação Pública (Montantes Acumulados)			Participação Privada (Acumulado)
				Total	Participação FEDER	Participação Nacional	
1	2	3 = 6/4	4 = 5 + 8	5 = 6 + 7	6	7	8
2000	Prog.	37,0%	606.365.000	521.293.000	224.279.000	297.014.000	85.072.000
	Aprov	55,4%	65.546.886	65.546.886	36.282.573	29.264.312	
	Exec.	55,3%	67.375.464	67.375.464	37.288.291	30.087.172	
2000/01	Prog.	39,1%	1.159.673.000	1.015.966.000	453.357.000	562.609.000	143.707.000
	Aprov	53,3%	367.449.122	367.449.122	196.008.567	171.440.555	
	Exec.	53,4%	381.143.218	381.143.218	203.540.319	177.602.899	
2000/02	Prog.	38,9%	1.715.228.000	1.516.792.000	666.843.000	849.949.000	198.436.000
	Aprov	46,4%	803.512.721	803.512.721	372.718.395	430.794.326	
	Exec.	46,5%	818.654.923	818.654.923	381.046.606	437.608.318	
2000/03	Prog.	40,2%	2.188.226.894	1.985.327.446	879.610.250	1.105.717.196	202.899.448
	Aprov	45,4%	1.123.779.776	1.123.779.776	510.193.781	613.585.995	
	Exec.	45,5%	1.129.399.912	1.129.399.912	513.665.738	615.734.174	
2000/04	Prog.	41,6%	2.555.149.003	2.352.249.555	1.063.988.001	1.288.261.554	202.899.448
	Aprov	39,2%	1.856.237.959	1.856.237.959	727.418.890	1.128.819.068	
	Exec.	41,7%	1.428.364.026	1.428.364.026	596.056.276	832.307.750	
2000/05	Prog.	42,7%	2.923.727.457	2.720.828.009	1.249.226.586	1.471.601.423	202.899.448
	Aprov	43,4%	2.458.749.839	2.458.749.839	1.067.676.031	1.391.073.808	
	Exec.	42,1%	1.895.745.034	1.895.745.034	798.842.836	1.096.902.197	
2000/06	Prog.	43,7%	3.336.116.509	3.133.217.061	1.457.234.345	1.675.982.715	202.899.448
	Aprov						
	Exec.						

Nota: Os valores de aprovação indicados referem-se aos montantes totais aprovados até 31 de Dezembro de cada ano.

A execução financeira em 2005 foi efectivamente de 202,787 milhões de euros o que, face às perspectivas existentes até Outubro de 2005 constitui uma realização assinalável.

POAT: EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ANUAL



2. REGRA DO “N+2” NO ANO 2005

A meta de realização financeira para cumprimento da Regra do N+2 em 2005 obrigava a uma execução FEDER acumulada de 879,610 milhões de euros (2000/2005) conforme resulta da aplicação do segundo parágrafo do n.º 2 do art. 31º do Regulamento (CE) 1260/99. Contribuindo para o efeito o montante de 97,162 euros de pagamentos por conta efectuados pela CE, era 789,448 milhões de euros o valor de execução FEDER a realizar.

A última declaração de certificação da autoridade de gestão de 2005 foi emitida em 15 de Dezembro e respeitava a uma despesa total de 1819,298 milhões de euros a que correspondia uma comparticipação FEDER no valor de 771,900 milhões de euros.

Como se aguardava resposta da Comissão a pedidos de confirmação das taxas de comparticipação dos projectos de Modernização de 57 UTE's de Silício, Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente e Plano de Expansão do Aeroporto de Faro, projectos para os quais seria possível certificar em 2005 uma despesa correspondente a 35 milhões de euros FEDER, foi solicitada derrogação do cumprimento do montante em falta nos termos regulamentares o que mereceu concordância da CE.

Dado que o projecto de Modernização de 57 UTE's de Silício foi ainda aprovado pela Comissão em 27 de Dezembro de 2005 a execução acumulada em 31 de Dezembro acabou por ser de 798,843 milhões de euros o que corresponde a uma execução no ano de 2005 de 202,787 milhões de euros.

3. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

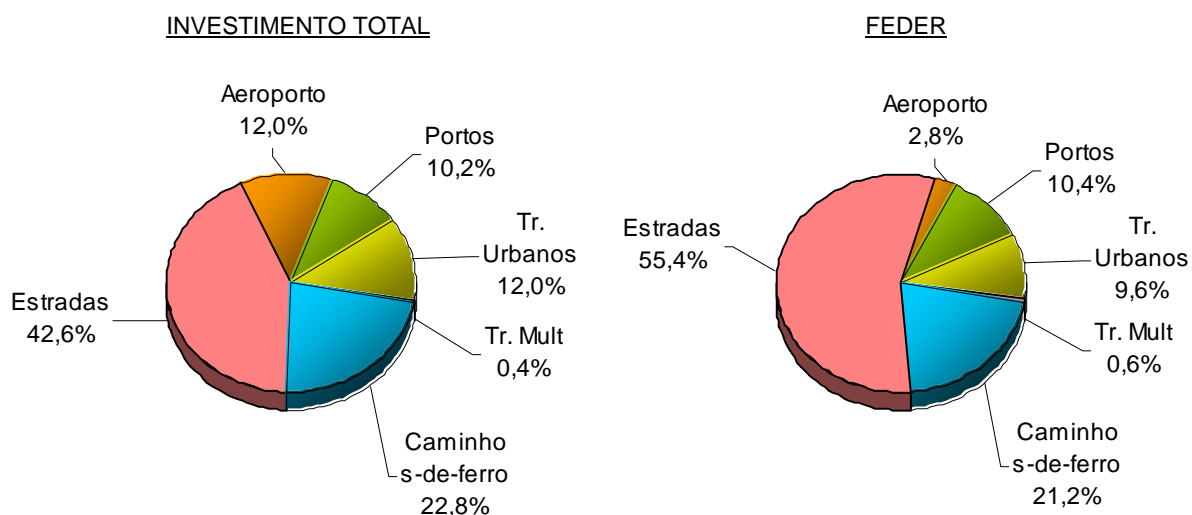
O Investimento aprovado respeita a todos os modos de transporte, como se verifica no quadro seguinte.

DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DO INVESTIMENTO APROVADO ATÉ 31/12/2005 **Euros**

Domínio		Investimento Aprovado			
		Total Elegível	% Total	FEDER	% Total
311	Caminhos-de-ferro	560.298.873	22,8%	225.833.933	21,2%
312	Estradas	1.048.281.611	42,6%	591.630.154	55,4%
314	Aeroportos	294.476.555	12,0%	29.571.686	2,8%
315	Portos	251.186.514	10,2%	111.552.940	10,4%
317	Transp. Urbanos	295.263.664	12,0%	102.199.749	9,6%
318	Transporte Multimodal	9.242.623	0,4%	6.887.570	0,6%
Total		2.458.749.839	100,00%	1.067.676.031	100,00%

Verifica-se que o peso do domínio Estradas é maior no FEDER (55,4%) do que no Investimento Total (42,6%), o que resulta da ausência de outras fontes de financiamento que não o OE e o FEDER. Inversamente, há um muito menor peso do sector aeroportuário no FEDER, visto se terem praticado taxas de participação mais baixas neste sector (10%).

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA APROVADA POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO



DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DA DESPESA EXECUTADA ATÉ 31/12/2005

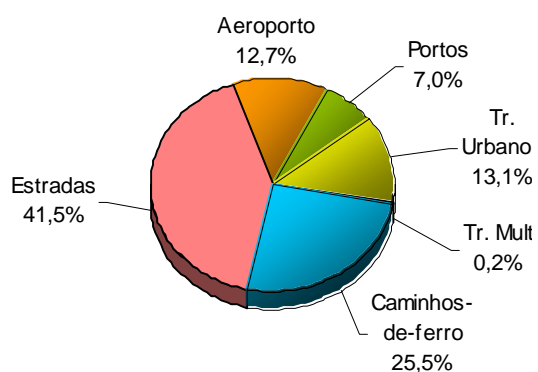
Euros

Domínio		Despesa Executada			
		Total Elegível	% Total	FEDER	% Total
311	Caminhos-de-ferro	483.742.922	25,5%	192.760.758	24,1%
312	Estradas	786.430.668	41,5%	438.185.805	54,9%
314	Aeroportos	240.932.838	12,7%	24.213.750	3,0%
315	Portos	133.223.247	7,0%	55.567.610	7,0%
317	Transp. Urbanos	248.554.696	13,1%	86.013.814	10,8%
318	Transporte Multimodal	2.860.662	0,2%	2.101.099	0,3%
Total		1.895.745.034	100,00%	798.842.836	100,00%

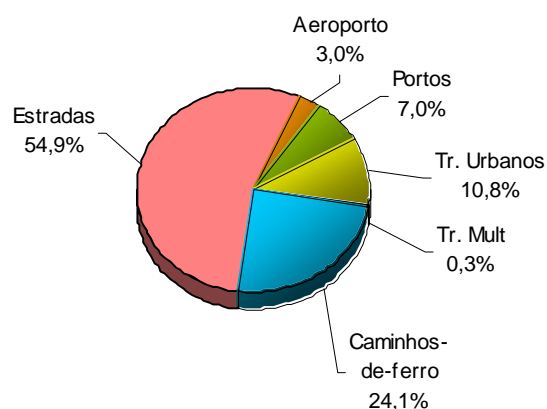
Do mesmo modo, a contribuição do domínio Estradas é maior no FEDER (54,9%) do que no Investimento Total (41,5%) ao contrário do domínio Aeroportos.

DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA EXECUTADA POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

INVESTIMENTO TOTAL



FEDER

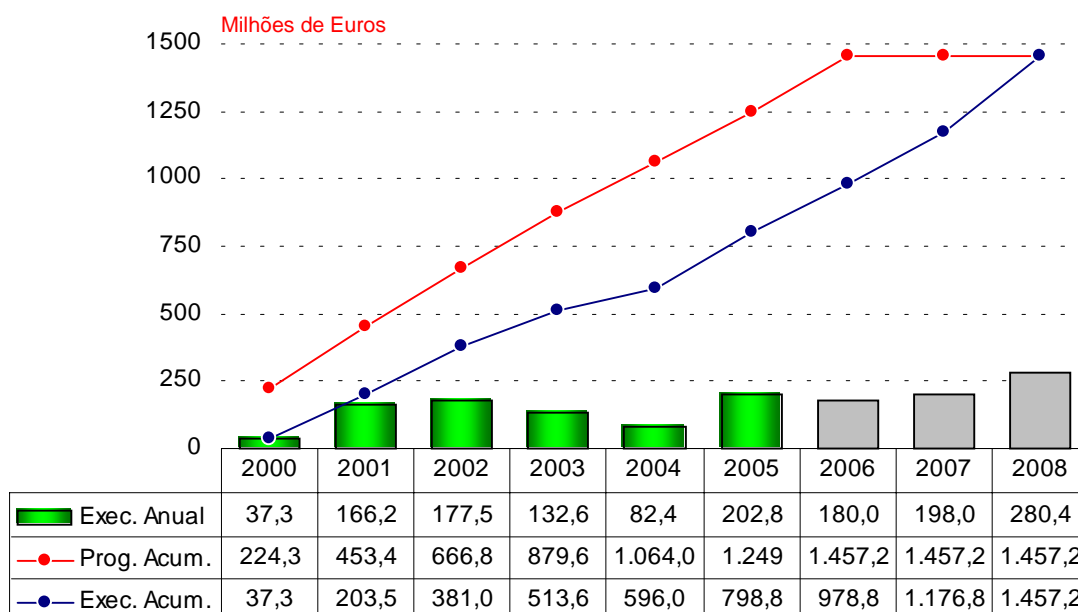


4. PREVISÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO FEDER

Até 31 de Dezembro de 2005 foi validada despesa no valor de 1895,75 milhões de euros, a que correspondeu uma participação FEDER de 798,84 milhões de euros. Deste montante 467,38 milhões de euros representa despesa executada em 2005, a que correspondeu uma participação do FEDER de 202,79 milhões de euros.

Até ao final de 2006 espera-se uma execução FEDER de cerca de 180 milhões de euros, o que elevará a execução FEDER acumulada em 31 de Dezembro de 2006 para 978,8 milhões de euros. Tal significa que a execução do montante FEDER programado para os anos 2000/2004 ficará assegurada (regra do N+2 prevista no segundo parágrafo do n.º 2 do art. 31º do Regulamento (CE) 1260/99).

PREVISÃO DE EXECUÇÃO FEDER 2006-2008



5. GRANDES PROJECTOS

Até 31 de Dezembro de 2005 foram apreciados oito grandes projectos para os quais se solicitou à CE a confirmação da taxa de comparticipação. Em 2005 foi confirmada a taxa de comparticipação do projecto de *Modernização de 57 UTE's de Silício* pela Comissão Europeia. Aguarda-se ainda idêntica decisão no que respeita a dois projectos, como se indica no quadro seguinte.

GRANDES PROJECTOS: INVESTIMENTO APROVADO

Euros

Projecto	Exec.	% Comp.	Investimento Aprovado	
			Total	FEDER
Plano de Expansão do Aeroporto de Faro ¹⁾	ANA	10%	46.416.000	4.641.600
Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	10,05%	248.060.555	24.930.086
IC10 - Ponte s/ o Rio Tejo em Santarém e Acessos	IEP	60%	30.002.265	18.001.359
Linha do Douro: Remodelação do Troço Cête (excl.) - Caíde	REFER	50%	78.902.455	39.451.228
Prolongamento da Linha Amarela – CampoGrande/Odivelas	ML	34,6%	289.017.341	100.000.000
Aquisição 34 UME's para Unidade Suburb. do Grande Porto	CP	35%	166.270.974	58.194.841
Modernização de 57 UTE's de Silício	CP	35%	124.350.119	43.522.542
Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) do Continente ¹⁾	IPTM	47,9%	100.973.648	48.366.377
TOTAL			1.083.993.357	337.108.033

1) Projectos a aguardarem confirmação da taxa de comparticipação pela CE em 31/12/2005

No conjunto, estes projectos representam 44,1% do investimento total e 31,6% do FEDER aprovados.

GRANDES PROJECTOS: DESPESA REALIZADA ATÉ 31/12/2005

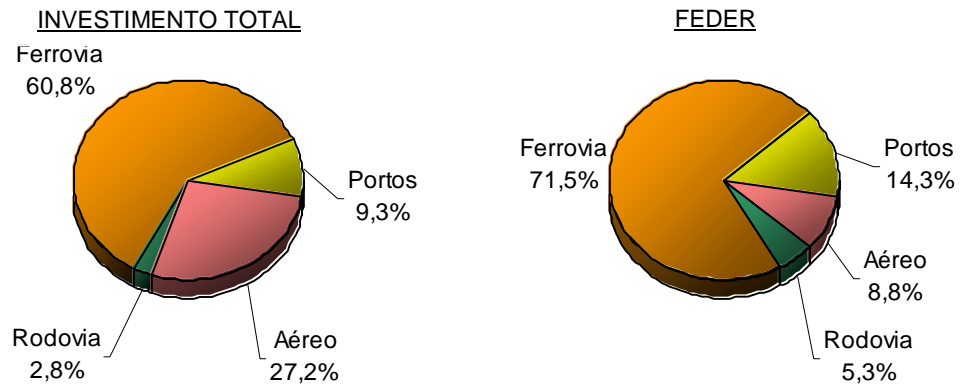
Euros

Projecto	Executo r	% Comp.	Despesa Realizada	
			Total	FEDER
Plano de Expansão do Aeroporto de Faro ²⁾	ANA	10%	0	0
Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	10,05%	240.932.838	24.213.750
IC10 - Ponte s/ o Rio Tejo em Santarém e Acessos	IEP	60%	30.002.265	18.001.359
Linha do Douro: Remodelação do Troço Cête (excl.) - Caíde	REFER	50%	78.902.455	39.451.228
Prolongamento da Linha Amarela – Campo Grande/Odivelas	ML	34,60%	245.082.465	84.798.533
Aquisição 34 UME's para Unidade Suburb. do Grande Porto	CP	35%	159.963.642	55.987.275
Modernização de 57 UTE's de Silício	CP	35%	113.506.706	39.727.347
Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) do Continente ²⁾	IPTM	47,9%	0	0
TOTAL			868.390.371	262.179.492

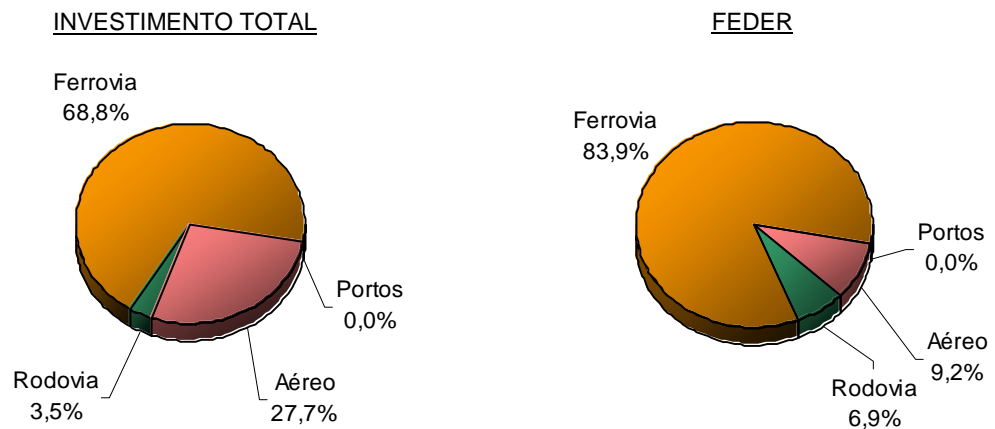
2) Projectos a aguardarem confirmação da taxa de comparticipação pela CE em 31/12/2005

Grandes Projectos

DISTRIBUIÇÃO MODAL DO INVESTIMENTO APROVADO ATÉ 31/12/2005



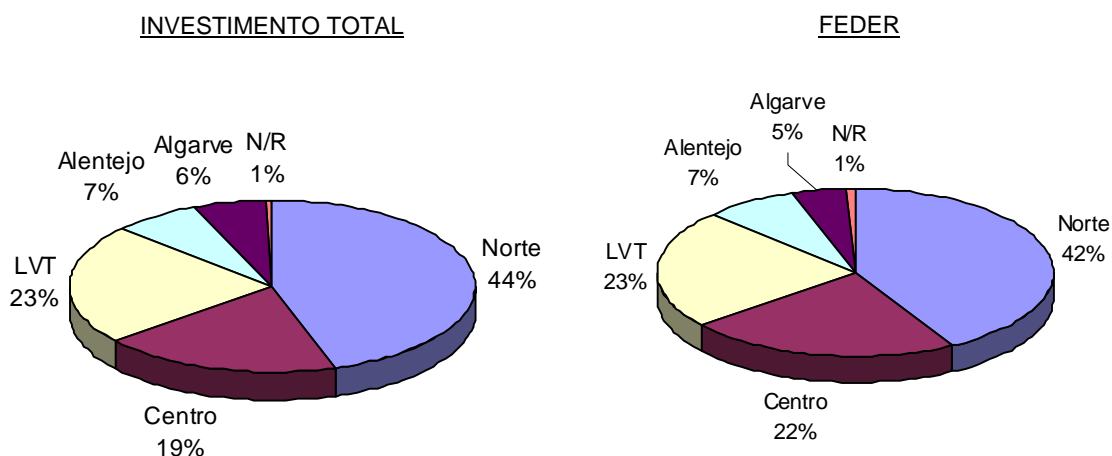
DISTRIBUIÇÃO MODAL DA DESPESA REALIZADA ATÉ 31/12/2005



6. DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO

Se bem que seja difícil garantir em cada ano um equilíbrio regional do investimento, constata-se que todas as regiões do país têm vindo a ser contempladas, como se pode verificar no gráfico e quadro seguintes.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO



DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO INVESTIMENTO APROVADO

Euros

Região	Investimento Elegível		FEDER	
	Montante	% Total	Montante	% Total
Norte	1.103.248.593	44,87%	447.240.808	41,89%
Centro	466.992.371	18,99%	237.485.146	22,24%
LVT	560.933.560	22,81%	245.299.422	22,98%
Alentejo	172.804.027	7,03%	79.905.744	7,48%
Algarve	138.718.904	5,64%	48.620.689	4,55%
N/R	16.052.383	0,65%	9.124.222	0,85%
TOTAL	2.458.749.839	100,00%	1.067.676.030	100,00%

7. INVESTIMENTO NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PHASING-OUT)

O caso particular da região de Lisboa e Vale do Tejo (região em phasing-out) caracteriza-se por um investimento total aprovado de cerca de 560,933 milhões de euros e uma comparticipação de 245,299 milhões de euros o que representa uma taxa de aprovação de 78,9% face ao investimento total programado (722,183 milhões de euros) e de 78,7% face ao FEDER programado (319,073 milhões de euros).

A execução financeira desta região, bem como a das regiões não em phasing-out (Objectivo 1), está expressa no quadro seguinte.

EXECUÇÃO FINANCEIRA NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO (PHASING-OUT)

Eixo Prioritário/Medida	Total	Despesa Pública		% Comp.
		Nacional	FEDER	
1	2 = 3+4	3	4	5 = 4/2
<u>EP1: Integração dos Corredores Estruturantes do Território na RTE-T</u>				
- Regiões Objectivo 1	357.277.207,35	272.127.687,35	85.149.520,00	23,83%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	282.158,50	141.079,25	141.079,25	50,00%
Total Eixo Prioritário nº 1	357.559.365,85	272.268.766,60	85.290.599,25	23,85%
<u>EP2: Reforçar a Coordenação Intermodal</u>				
- Regiões Objectivo 1	353.962.131,94	174.299.944,50	179.662.187,44	50,76%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	38.096.148,00	16.275.305,31	21.820.842,69	57,28%
Total Eixo Prioritário nº 2	392.058.279,94	190.575.249,81	201.483.030,13	51,39%
<u>EP3: Reforço da Coesão Nacional</u>				
- Regiões Objectivo 1	453.024.839,24	211.106.033,81	241.918.805,43	53,40%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	317.724.399,16	191.960.501,72	125.763.897,44	39,58%
Total Eixo Prioritário nº 3	770.749.238,40	403.066.535,53	367.682.702,87	47,70%
<u>EP4: Promoção da Qualidade, Eficiência e Segurança do Sistema de Transportes</u>				
- Regiões Objectivo 1	332.498.743,21	207.057.306,24	125.441.436,97	37,73%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	40.196.333,51	23.263.571,42	16.932.762,09	42,13%
Total Eixo Prioritário nº 4	372.695.076,72	230.320.877,66	142.374.199,07	38,20%
<u>Assistência Técnica</u>				
- Regiões Objectivo 1	2.096.285,15	524.071,28	1.572.213,87	75,00%
- Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	586.788,13	146.697,04	440.091,09	75,00%
Total Assistência Técnica	2.683.073,28	670.768,32	2.012.304,96	75,00%
- Σ Regiões Objectivo 1	1.498.859.206,89	865.115.043,18	633.744.163,71	42,28%
- Σ Região em <i>phasing-out</i> (LVT)	396.885.827,30	231.787.154,74	165.098.672,56	41,60%
Total Programa	1.895.745.034,19	1.096.902.197,91	798.842.836,28	42,14%

Nota: O montante de execução FEDER inscrito em SIFEC para a Região de LVT é de 157.153.202,75 euros. A diferença para o montante apresentado neste quadro (1.096.902.197,91 euros) resulta do facto de não ter sido possível proceder à correcta distribuição regional no SIFEC de dois projectos em curso.

8. FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

O valor reembolsado por parte da CE até 31 de Dezembro de 2005 elevou-se a 706.870.692 euros e respeita aos dois pedidos de pagamento intermédio do ano 2000 (efectuados em Outubro e Dezembro de 2000), quatro pedidos de pagamento intermédio do ano 2001 (efectuados em Abril, Julho, Outubro e Dezembro de 2001), quatro pedidos do ano 2002 (efectuados em Abril, Julho, Novembro e Dezembro de 2002), quatro pedidos intermédios do ano 2003 (efectuados em Abril, Julho, Novembro e Dezembro) e três pedidos intermédios em 2004 (dois deles efectuados em Julho e um em Outubro) e três pedidos intermédios em 2005 (efectuados em Agosto, Novembro e Dezembro) e regularizações com efeitos nos anos 2000, 2001 e 2002.

Nos movimentos financeiros com a CE há, também, a registar a existência de 97.160.700 euros de pagamento por conta pela CE, o que eleva o valor total dos pagamentos da CE (por conta e por reembolso) a 804.031.392 euros.

No quadro seguinte apresenta-se a situação consolidada dos fluxos financeiros com a CE em 31 de Dezembro de 2005.

FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA

Situação Consolidada em 05-12-31							Un.: mil Euro
CRÉDITOS SOBRE A CE			PAGAMENTOS DA CE				
			REALIZADOS			POR SATISFAZER	
7% PROG. FEDER 2000-2006	PED. PAG. INTERMÉDIOS	TOTAL CRÉDITOS	POR CONTA	POR REEMBOLSO	TOTAL PAGAMENTOS		
(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)-(6)	
97.160,700	771.900,226	869.060,926	97.160,700	706.870,692	804.031,392	65.029,534	
Histórico dos Pagamentos por Conta							
Un.: mil Euro							
Designação		Data		Mont.			
1ª parcela(3,5%)		00-10-05		48.593,475			
2ª parcela(3,5%)		00-12-13		48.593,475			
Reprog. (7%) a)		2003		-26,250			
TOTAL				97.160,700			
a) Reprogramação da dotação da medida Acessibilidades a favor dos PO's Regionais.							
Histórico dos Pagamentos Intermédios							
Un.: mil Euro							
Pedidos			Reembolsados				
Designação	Data	Mont.	Designação	Data	Mont.		
1º/2000	00-10-31	22.563,488	1º/2000	01-07-24	22.563,488		
		22.563,488	Regularização	02-01-08	2.331,864		
2º/2000	00-12-15	17.965,965	2º/2000	01-07-24	17.965,965		
		17.965,965	Regularização	02-01-08	831,177		
1º/2001	01-04-19	39.625,065	1º/2001	01-07-24	39.625,065		
		39.625,065	Regularização	02-01-08	4.459,336		
2º/2001	01-07-19	40.543,158	2º/2001	01-10-26	40.543,158		
		40.543,158	Regularização	02-01-08	4.021,961		
3º/2001	01-10-19	25.495,455	3º/2001	02-01-08	25.495,455		
4º/2001	01-12-28	37.679,224	4º/2001	02-06-07	37.679,224		
1º/2002	02-04-23	38.638,922	1º/2002	02-07-25	38.638,922		
		38.638,922	Regularização	03-05-22	23.411,628		
2º/2002	02-07-22	74.641,231	2º/2002	02-10-22	74.641,231		
		74.641,231	Regularização	03-05-22	5.420,827		
3º/2002	02-11-26	48.420,238	3º/2002	03-01-08	48.420,238		
		48.420,238	Regularização	03-05-22	5.336,346		
4º/2002	02-12-30	13.725,641	4º/2002	03-02-12	13.725,641		
		13.725,641	Regularização	03-05-22	1.209,011		
1º/2003	03-04-17	34.597,797	1º/2003	03-05-22	34.597,797		
2º/2003	03-07-18	45.809,631	2º/2003	03-08-08	45.809,631		
3º/2003	03-11-17	31.241,645	3º/2003	03-12-18	31.241,645		
4º/2003	03-12-15	41.393,570	4º/2003	04-02-18	41.393,570		
1º/2004	04-07-21	28.923,880	1º/2004	04-10-22	28.923,880		
2º/2004	04-07-29	15.574,323	2º/2004	04-10-22	15.574,323		
3º/2004	04-10-29	34.822,067	3º/2004	04-12-03	34.822,067		
1º/2005	05-08-11	53.984,954	1º/2005	05-10-26	53.984,954		
2º/2005	05-11-24	61.224,438	2º/2005	05-12-12	61.224,438		
3º/2005	05-12-19	65.029,534					
			Reembolsado Regularizado		659.848,542		
					47.022,150		
TOTAL		771.900,226	TOTAL		706.870,692		

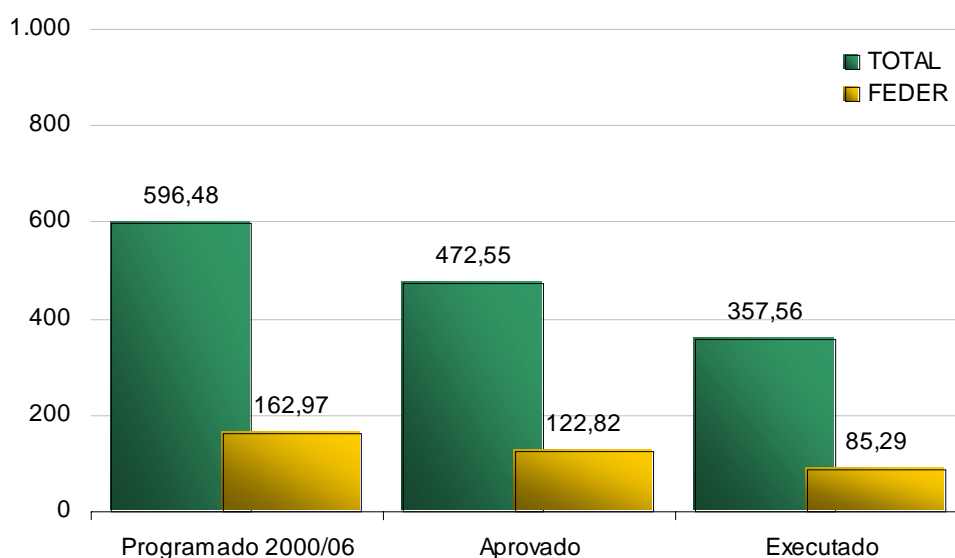
9. EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO E POR MEDIDA

E.P. 1: INTEGRAÇÃO DOS CORREDORES ESTRUTURANTES DO TERRITÓRIO NA RTE-T

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 1 tem um volume de investimento total previsto de 596,484 milhões de euros, a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 162,972 milhões de euros.

Foram já aprovados projectos no valor de 472,545 milhões de euros, o que corresponde a 79,2% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação FEDER aprovada é de 122,820 milhões de euros, que corresponde a 75,4% do total FEDER.

E.P. 1: SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005



No que respeita à execução financeira, regista-se uma despesa total validada de 357,559 milhões de euros, que corresponde a 59,9% do investimento total programado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 85,290 milhões de euros, ou seja, 52,3% do FEDER total programado.

No quadro apresentado de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação, execução e fonte de financiamento.

INTEGRAÇÃO DOS CORREDORES ESTRUTURANTES DO TERRITÓRIO NA RTE-T

Situação por Medida

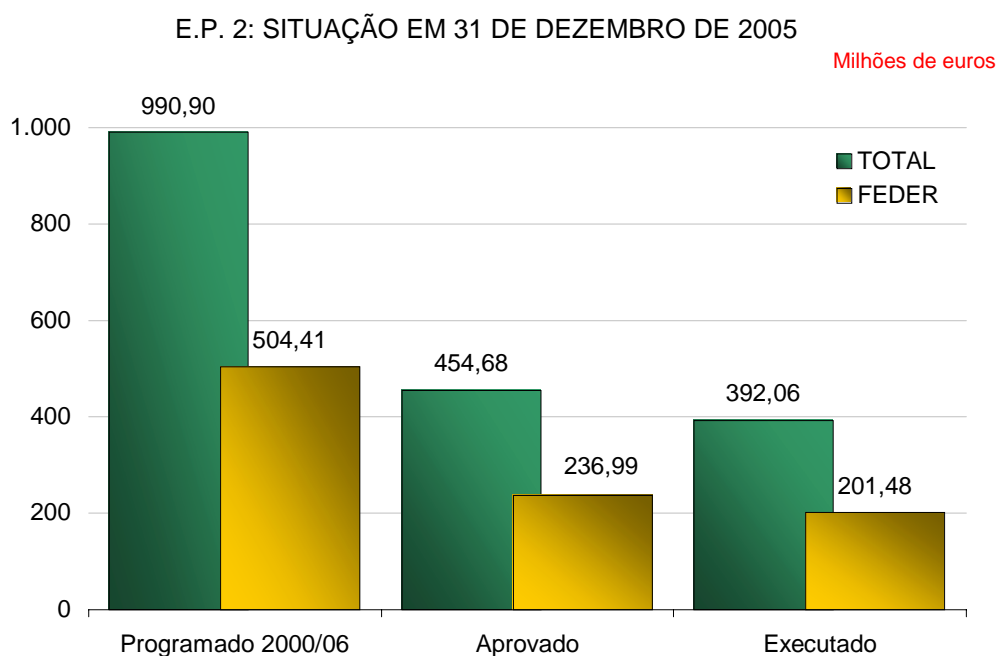
	% Comp.	Custo Total (inclui privado)	Investimento Público				
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional		
					Total	Central	Outros
Medida 1: Ligação Multimodal Portugal-Espanha / Resto da Europa							
- Programado	19,6%	463.361.998	421.236.645	91.037.366	330.199.279	112.611.050	217.588.229
- Aprovado	20,1%	390.147.685	390.147.685	78.483.579	311.664.106	34.297.330	277.366.776
- Executado	19,4%	311.485.089	311.485.089	60.566.204	250.918.885	26.505.335	224.413.550
- Aprov/Progr.	-	84,2%	-	86,2%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	67,2%	-	66,5%	-	-	-
Medida 2: Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes							
- Programado	54,0%	133.122.821	133.122.821	71.934.635	61.188.186	61.188.186	-
- Aprovado	53,8%	82.398.187	82.398.187	44.336.928	38.061.259	38.061.259	-
- Executado	53,7%	46.074.277	46.074.277	24.724.396	21.349.881	21.349.881	-
- Aprov/Progr.	-	61,9%	-	61,6%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	34,6%	-	34,4%	-	-	-
TOTAL EIXO 1: INTEGRAÇÃO DOS CORREDORES ESTRUTURANTES DO TERRITÓRIO NA RTE-T							
- Programado	27,3%	596.484.819	554.359.466	162.972.001	391.387.465	173.799.236	217.588.229
- Aprovado	26,0%	472.545.873	472.545.873	122.820.507	349.725.365	72.358.590	277.366.776
- Executado	23,9%	357.559.366	357.559.366	85.290.599	272.268.767	47.855.216	224.413.550
- Aprov/Progr.	-	79,2%	-	75,4%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	59,9%	-	52,3%	-	-	-

Relativamente à Medida 1.1, aguarda-se confirmação pela CE da taxa de comparticipação do projecto *Plano de Expansão do Aeroporto de Faro*, já completamente realizado fisicamente.

E.P. 2: REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 2 tem um volume de investimento total previsto de 990,904 milhões de euros, a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 504,410 milhões de euros.

Foram já aprovados projectos no valor de 454,676 milhões de euros, que corresponde a 45,9% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação FEDER respectiva é de 236,986 milhões de euros, valor que corresponde a 47% do total do FEDER.



No que respeita à execução financeira, regista-se uma despesa total de 392,058 milhões de euros, que representa 39,6% do investimento total programado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 201,483 milhões de euros, isto é, 39,9% do FEDER total programado.

No quadro apresentado de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação, execução e fonte de financiamento.

REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL

Situação por Eixo e por Medida

	% Comp.	Custo Total (inclui privado)	Investimento Público				
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional		
					Total	Central	Outros
Medida 2.1: Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos							
- Programado	46,0%	287.935.155	271.559.783	132.348.255	139.211.528	107.407.835	31.803.693
- Aprovado	41,6%	140.923.455	140.923.455	58.632.869	82.290.586	40.561.883	41.728.703
- Executado	41,6%	130.067.607	130.067.607	54.073.289	75.994.318	38.499.647	37.494.671
- Aprov/Progr.	-	48,9%	-	44,3%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	45,2%	-	40,9%	-	-	-
Medida 2.2: Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária							
- Programado	59,0%	538.105.456	538.105.456	317.266.448	220.839.008	220.839.008	
- Aprovado	57,3%	307.599.452	307.599.452	176.173.757	131.425.695	131.425.695	
- Executado	56,6%	258.340.853	258.340.853	146.105.666	112.235.187	112.235.187	
- Aprov/Progr.	-	57,2%	-	55,5%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	48,0%	-	46,1%	-	-	-
Medida 2.3: Desenvolver uma Rede Nacional de Logística							
- Programado	33,2%	164.863.998	139.353.839	54.795.642	84.558.197	58.898.461	25.659.736
- Aprovado	35,4%	6.153.198	6.153.198	2.180.258	3.972.940	3.344.767	628.174
- Executado	35,7%	3.649.821	3.649.821	1.304.076	2.345.745	2.256.951	88.794
- Aprov/Progr.	-	3,7%	-	4,0%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	2,2%	-	2,4%	-	-	-
TOTAL EIXO 2: REFORÇAR A COORDENAÇÃO INTERMODAL							
- Programado	50,9%	990.904.609	949.019.078	504.410.345	444.608.733	387.145.304	57.463.429
- Aprovado	52,1%	454.676.105	454.676.105	236.986.883	217.689.222	175.332.345	42.356.877
- Executado	51,4%	392.058.280	392.058.280	201.483.030	190.575.250	152.991.784	37.583.465
- Aprov/Progr.	-	45,9%	-	47,0%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	39,6%	-	39,9%	-	-	-

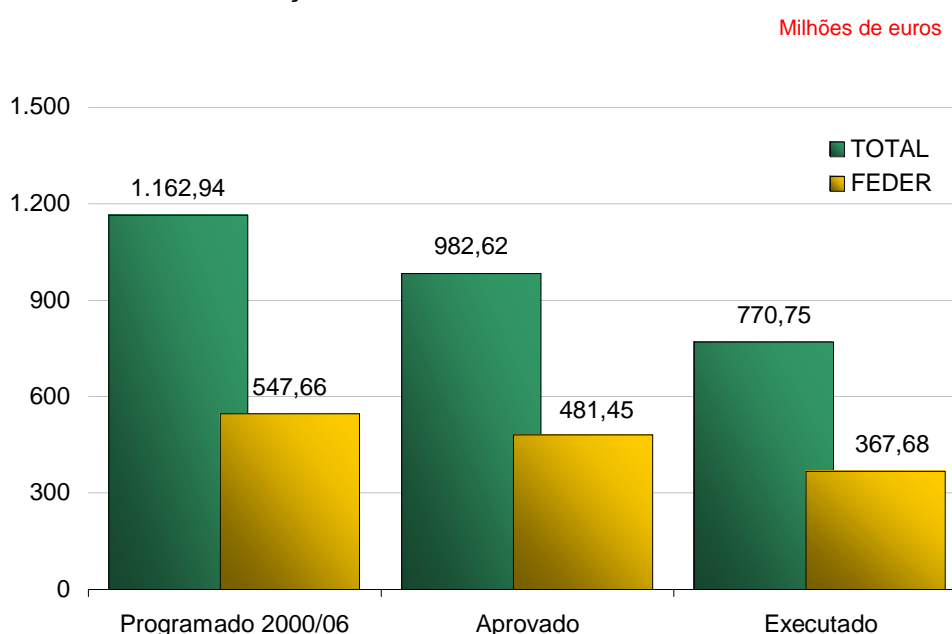
Este eixo continua a apresentar taxas de compromisso e de execução muito baixas em todas as Medidas, com especial destaque para a Medida 2.3.

E.P. 3: REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 3 tem um volume de investimento total previsto de 1 162,937 milhões de euros, a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 547,661 milhões de euros.

Foram já aprovados projectos no valor de 982,617 milhões de euros, o que corresponde a 84,5% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é de 481,445 milhões de euros, isto é, 87,9% do total do FEDER.

E.P. N.º 3: EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005



No que respeita à execução financeira, regista-se uma despesa total validada de 770,749 milhões de euros, o que representa 66,3% do investimento total programado para 2000/2006. A comparticipação do FEDER correspondente é de 367,682 milhões de euros que corresponde a 67,1% do FEDER total programado.

No quadro apresentado de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário, bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação, execução e por fonte de financiamento.

REFORÇO DA COESÃO NACIONAL

Situação por Medida

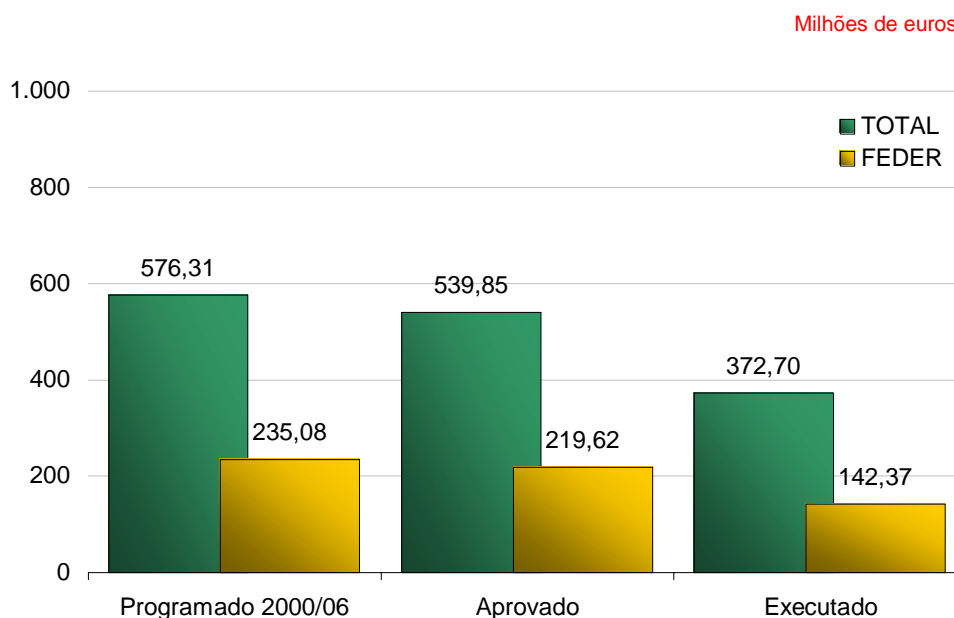
	% Comp.	Custo Total (inclui privado)	Investimento Público				
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional		
					Total	Central	Outros
Medida 3.1: Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos							
- Programado	38,1%	594.239.075	525.363.494	226.603.448	298.760.046	132.760.432	165.999.614
- Aprovado	37,7%	405.779.856	405.779.856	153.080.849	252.699.007	53.120.684	199.578.323
- Executado	38,1%	355.116.509	355.116.509	135.457.133	219.659.377	104.340.997	115.318.380
- Aprov/Progr.	-	68,3%	-	67,6%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	59,8%	-	59,8%	-	-	-
Medida 3.2: Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros urbanos e Nós e Variantes							
- Programado	56,5%	568.698.063	568.698.063	321.057.552	247.640.511	247.640.511	
- Aprovado	56,9%	576.837.392	576.837.392	328.364.217	248.473.175	248.473.175	
- Executado	55,9%	415.632.728	415.632.728	232.225.570	183.407.158	183.407.158	
- Aprov/Progr.	-	101,4%	-	102,3%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	73,1%	-	72,3%	-	-	-
E.P. Nº 3 – REFORÇO DA COESÃO NACIONAL							
- Programado	47,1%	1.162.937.138	1.094.061.557	547.661.000	546.400.557	380.400.943	165.999.614
- Aprovado	49,0%	982.617.248	982.617.248	481.445.066	501.172.182	301.593.859	199.578.323
- Executado	47,7%	770.749.237	770.749.237	367.682.702	403.066.535	287.748.155	115.318.380
- Aprov/Progr.	-	84,5%	-	87,9%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	66,3%	-	67,1%	-	-	-

E.P. 4: PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA

Para o conjunto do período de programação, o Eixo Prioritário N.º 4 tem um volume de investimento total previsto de 576,313 milhões de euros, a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 235,084 milhões de euros.

Foram já aprovados projectos no valor de 539,845 milhões de euros, que corresponde a 93,7% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é de 219,624 milhões de euros, o que corresponde a 93,4% do total do FEDER.

E.P. N.º 4: EXECUÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005



No que respeita à execução financeira, regista-se uma despesa total validada de 372,695 milhões de euros, ou seja, 64,7% do investimento total programado para 2000/2006. O valor da comparticipação FEDER correspondente - 142,374 milhões de euros - representa 60,6% do FEDER total programado.

No quadro apresentado de seguida sintetiza-se a situação deste eixo prioritário, bem como das respectivas medidas, no que respeita à programação, aprovação, execução e por fonte de financiamento.

PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA DE TRANSPORTES

Situação por Medida

	% Comp.	Custo Total (inclui privado)	Investimento Público				
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional		
					Total	Central	Outros
Medida 4.1: Melhoria da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes							
- Programado	35,0%	331.018.917	283.191.820	115.870.751	167.321.069	61.044.185	106.276.884
- Aprovado	35,0%	321.543.301	321.543.301	112.644.951	208.898.350	65.589.990	143.308.360
- Executado	35,0%	295.306.549	295.306.549	103.433.127	191.873.422	51.930.927	139.942.495
- Aprov/Progr.	-	97,1%	-	97,2%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	89,2%	-	89,3%	-	-	-
Medida 4.2: Reforço das condições de segurança do Sistema de Transportes							
- Programado	48,6%	245.295.025	243.109.139	119.213.249	123.895.890	116.215.610	7.680.280
- Aprovado	49,0%	218.302.277	218.302.277	106.979.846	111.322.431	88.618.765	22.703.666
- Executado	50,3%	77.388.528	77.388.528	38.941.072	38.447.456	25.097.693	13.349.763
- Aprov/Progr.	-	89,0%	-	89,7%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	31,5%	-	32,7%	-	-	-
E.P. Nº 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA DO SISTEMA DE TRANSPORTES							
- Programado	40,8%	576.313.942	526.300.959	235.084.000	291.216.959	177.259.795	113.957.164
- Aprovado	40,7%	539.845.578	539.845.578	219.624.797	320.220.781	154.208.755	166.012.026
- Executado	38,2%	372.695.077	372.695.077	142.374.199	230.320.877	77.028.620	153.292.258
- Aprov/Progr.	-	93,7%	-	93,4%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	64,7%	-	60,6%	-	-	-

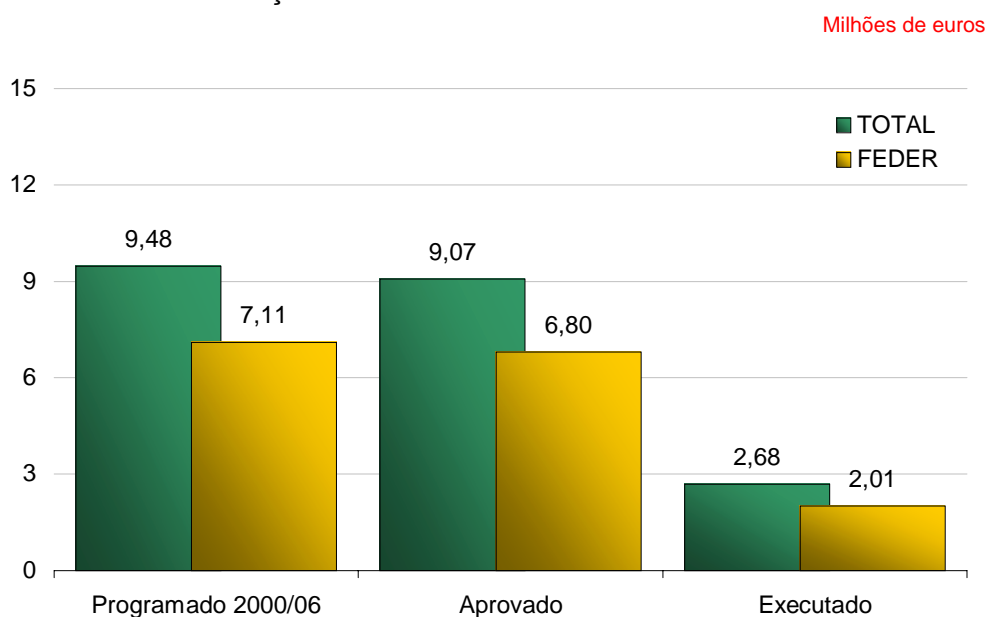
Respeitante à Medida 4.1, aguarda-se confirmação pela CE da taxa de comparticipação do projecto *Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente*.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para o conjunto do período de programação, a Assistência Técnica tem um volume de investimento total previsto de 9,476 milhões de euros a que deverá corresponder uma comparticipação do FEDER de 7,107 milhões de euros.

Foi aprovada despesa no valor de 9,065 milhões de euros que corresponde a 95,7% do investimento total previsto para 2000/2006. A comparticipação do FEDER respectiva é, do mesmo modo, 95,7% do total do FEDER previsto, ou seja, 6,798 milhões de euros.

AT: EXECUÇÃO FINANCEIRA 31 DE DEZEMBRO DE 2005



No que respeita à execução financeira, regista-se uma despesa total validada de 2,683 milhões de euros, que corresponde a 28,3% do investimento total programado para 2000/2006. A comparticipação FEDER correspondente é de 2,012 milhões de euros, equivalendo, igualmente, a 28,3% do total FEDER programado.

No quadro apresentado de seguida sintetiza-se a situação Assistência Técnica no que respeita à programação, aprovação e execução.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Situação da Medida

	% Comp.	Custo Total (inclui privado)	Investimento Público				
			Total	FEDER	Participação Pública Nacional		
					Total	Central	Outros
- Programado	75,0%	9.476.001	9.476.001	7.106.999	2.369.002	2.369.002	
- Aprovado	75,0%	9.065.034	9.065.034	6.798.775	2.266.258	2.266.258	
- Executado	75,0%	2.683.073	2.683.073	2.012.305	670.768	670.768	
- Aprov/Progr.	-	95,7%	-	95,7%	-	-	-
- Exec/Progr.	-	28,3%	-	28,3%	-	-	-

V) DISPOSIÇÕES DA AUTORIDADE DE GESTÃO

1. INICIATIVAS DESENVOLVIDAS EM 2005

▪ **Unidade de Gestão**

A Unidade de Gestão do POAT reuniu quatro vezes em 2005. Com efeito, em 16 de Fevereiro, 26 de Julho, 11 de Outubro e 30 de Novembro tiveram lugar as 16^a, 17^a, 18^a e 19^a reuniões.

Nas referidas reuniões foram sendo prestadas aos respectivos membros as informações consideradas mais relevantes sobre a evolução deste programa operacional, nomeadamente:

- o esforço realizado tendo em vista cumprir a regra N+2;
- a solicitação do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) ao Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) de cedência de “quota” do POAT na região de Lisboa e Vale do Tejo ao POCI 2010, com contrapartida nas regiões de Objectivo 1, a autorização dada por este de cedência de 7,5 milhões de euros e a consequente reprogramação do POAT, a qual veio a ser elaborada em Outubro de 2005;
- a «Actualização da Avaliação Intercalar do POAT», que foi apresentada na reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa de 7 de Dezembro de 2005;
- o processo de Auditoria, realizada sob a responsabilidade da DGDR, aos procedimentos de contratação pública aplicados na realização de despesa nos projectos co-financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, no âmbito das Intervenções Operacionais do QCA III, com o objectivo de verificar a existência ou não de um erro sistémico em Portugal na aplicação da legislação. No caso de os relatórios das auditorias, entregues à Comissão Europeia depois de validados pela IGF, conduzirem à conclusão de existência de erro sistémico poderá ser aplicada uma penalização de natureza financeira a Portugal; caso contrário, o montante que for apurado como não elegível a financiamento comunitário poderá ser utilizado noutros projectos.

Nas quatro reuniões da Unidade de Gestão realizadas em 2005 foi aprovado um conjunto de candidaturas a financiamento FEDER, bem como algumas reprogramações, cuja descrição, montante total elegível e participações aprovadas vêm descritos no quadro seguinte.

Identificação do Projecto	Entidade Executora	Eixo/ Medida	NUTS II	Investimento Elegível	Participação Solicitada	Taxa de Compart.
IC33 - Beneficiação entre Santiago do Cacém e Grandola a)	IEP	1.2	Alentejo	10.084.868,98	896.328,68	50%
IP2 Nó de Castro Verde da A27Castro Verde	EP	1.2	Alentejo	4.869.288,05	2.639.154,12	54,20%
IP7 - Viaduto do Eixo Norte Sul sobre a Avenida Padre Cruz	EP	1.2	LVT	29.628.866,12	16.058.845,44	54,20%
Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro - Acção 1 a)	APA	2.1	Centro	18.168.633,61	473.089,11	39%
Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro: Const. Terminal RO-Ro - Acção 3	APA	2.1	Centro	16.371.482,98	352.659,36	39%
Acessib. Terrestres na zona Leste (rodo-fer.) ao Terminal de Contentores - APS	APS	2.1	Alentejo	12.845.239,76	6.422.619,88	50,00%
IC3 - Nó da Boavista / EN17 (Ponte da Portela)	EP	2.2	Centro	15.428.040,32	9.457.388,72	61,3%
IC1 Beneficiação entre Ourique e Santana da Serra	EP	2.2	Alentejo	1.613.064,76	988.808,70	61,3%
IC2(EN1) Benef. Km79+889 (LD Leiria Santarém) e Km118+990 (Entroncamento com a EN356-1)	EP	2.2	Centro/LVT	5.898.804,45	3.615.967,13	61,3%
Beneficiação do IC8	EP	2.2	Centro	5.320.251,38	3.261.314,10	61,3%
EN361 Beneficiação entre Lourinhã e Bombarral	EP	2.2	LVT	2.546.465,97	1.560.983,64	61,3%
Ligação entre o IC2 e o acesso Sul à Ponte Europa	EP	2.2	Centro	7.304.798,82	4.477.841,68	61,3%
EN1 Beneficiação entre Landiosa e Picóto	EP	2.2	Centro	16.863.191,64	10.337.136,48	61,3%
Implementação do Novo Sistema de Bilhética da Carris	CARRIS	2.3	LVT	5.145.794,67	1.801.028,13	35%
OTLIS - Carregamento de cartões Chip Via Terminais Remotos e ATM	OTLIS	2.3	LVT	829.814,00	290.434,90	35%
Linha de Guimarães I: Reversão do subtrço Sto. Tirso - Lordelo	REFER	3.1	Norte	37.860.060,30	13.629.621,71	36,00%
EN342 Variante entre Miranda do Corgo e Lousã - Trabalhos Complementares	IEP	3.2	Centro	3.627.742,66	2.031.535,89	56%
Beneficiação da EN2 - 1ª Fase	IEP	3.2	Centro/Alentejo	13.972.726,29	7.824.726,72	56%
Alargamento do IC19 - Reformulação dos Nós do Hospital e Queluz	EP	3.2	LVT	2.711.290,98	1.626.774,59	60,00%
Variante à EN321-1 entre Soalhães e Baião	EP	3.2	Norte	11.490.122,72	6.894.073,63	60,00%
Variante à EN222 - Ponte do Arda/EM504	EP	3.2	Norte	26.370.174,09	15.822.104,45	60,00%
Variante à EN232 em Gouveia	EP	3.2	Centro	7.591.239,58	4.554.743,75	60,00%
EN223 Beneficiação entre Corga do Lobão e Souto Redondo	EP	3.2	Norte	1.978.853,01	1.187.311,81	60,00%
Variante à EN9-2 em Pêro Negro - Ligação do Nó da A8 à EN374	EP	3.2	LVT	2.814.043,40	1.688.426,04	60,00%
Variante à EN212 entre Chã e Alijó	EP	3.2	Norte	11.485.585,80	6.891.351,48	60,00%
Variante à EN222 - Benef. entre Arnelas (Km1+700) e a Barragem de Crestuma/Lever (K	EP	3.2	Norte	2.675.122,26	1.605.073,36	60,00%
EN211 Beneficiação entre Marco de Canaveses e Mosteirô	EP	3.2	Norte	2.442.287,66	1.465.372,60	60,00%
IC19 - Alargamento e Beneficiação entre o Nó de Queluz e o Nó do Cacém	EP	3.2	LVT	16.665.433,92	9.999.260,35	60,00%
Reformulação do Nó do Regado - VCI Porto	EP	3.2	Norte	6.125.717,54	3.675.430,52	60,00%
EN330 Beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres	EP	3.2	Centro	8.925.330,60	5.355.198,36	60,00%
Via do Tâmega - Lanço Celoric de Basto/Amarante (Trabalhos Complementares)	EP	3.2	Norte	2.776.997,45	1.666.198,47	60,00%
Variante à EN213 - Lanço Valpaços/IP4	EP	3.2	Norte	20.514.160,35	12.308.496,21	60,00%
IC23 Nó da Barrosa / Av. da República	EP	3.2	Norte	29.897.638,05	17.938.582,83	60,00%
EN18 Variante à Ponte sobre a Ribeira de Figueiró	EP	3.2	Alentejo	1.170.014,11	702.008,46	60,00%
Variante à EN108 em Entre-Os-Rios e Variante à EN224 - 2ª Fase	EP	3.2	Norte/Centro	5.781.056,17	3.468.633,70	60,00%
En115-5 Ligação do MARL à Variante à EN10	EP	3.2	LVT	10.642.240,63	6.385.344,38	60,00%
Variante à EN 238 entre proximidades de Ferreira do Zêzere e EN 110 (IC3)	EP	3.2	LVT	15.978.061,00	9.586.836,00	60,00%
Estudo de Transporte Ferroviário de Mercadorias em Portugal	INTF	4.1	N/C/LVT/A/A	514.187,00	257.093,50	50%
Modernização de 57 Unidades Triplas Eléctricas (UTES) a)	CP	4.1	C/N/LVT/AI/Alg	124.350.119,00	29.264.398,77	35,00%
Modernização de Material Circulante Corail (componente conforto e imagem)	CP	4.1	C/N/LVT/AI/Alg	7.783.341,44	2.724.169,50	35,00%
EN114-3 Reabilitação do Pavimento entre Coruche (Km0+980) e Salvaterra de Magos (Km25+550)	IEP	4.2	LVT	837.197,92	426.970,94	51%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Santarém	IEP	4.2	LVT	2.711.352,79	1.382.789,92	51%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Portalegre	IEP	4.2	Alentejo	1.897.844,42	967.900,65	51%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Porto	IEP	4.2	Norte	2.629.736,95	1.341.165,84	51%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Leiria	IEP	4.2	Centro/LVT	629.658,87	321.126,02	51%
EN311 Reabilitação e Alargamento da Ponte da Pala (Km99+400)	EP	4.2	Norte	95.013,22	45.511,33	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Viana do Castelo	EP	4.2	Norte	287.109,75	137.525,57	47,90%
EN17 Cruzamento com as EENN330 e 330-1	EP	4.2	Centro	507.368,59	243.029,55	47,90%
Beneficiação e Alargamento de 3 pontões na EN115-2 e 1 pontão na EN1-4	EP	4.2	LVT	472.274,21	226.219,35	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Aveiro	EP	4.2	Centro	3.513.268,86	1.682.855,78	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Coimbra	EP	4.2	Centro	918.832,71	440.120,87	47,90%
Beneficiação das EN1/IC1, EN109 e EN327 - Juntas de dilatação e taludes	EP	4.2	Centro	707.776,44	339.024,91	47,90%
EN219 Beneficiação entre Vimioso e Algozo	EP	4.2	Norte	2.441.591,77	1.169.522,46	47,90%
Beneficiação das EN8 e EN8-5 - Execução de Muro de Suporte, Sistema de Drenagem e Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente	EP	4.2	Centro	623.344,97	298.582,24	47,90%
EN18 Beneficiação de Cruzamento em Alcacia - Construção de Rotunda	IPTM	4.2	C/N/LVT/AI/Alg	100.973.648,00	48.366.377,39	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro - 2ª Fase	EP	4.2	Centro	217.862,90	104.356,33	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro - 2ª Fase	EP	4.2	Algarve	215.419,24	103.185,82	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Bragança	EP	4.2	Norte	390.382,90	186.993,41	47,90%
Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Évora	EP	4.2	Alentejo	212.328,67	101.705,43	47,90%
TOTAL				649.344.164,70	289.071.330,96	

a) Estes projectos foram objecto de reprogramação. Os montantes constantes da coluna “Participação Solicitada” são os acréscimos de Participação aprovados em 2005 nas reuniões da Unidade de Gestão.

Foi ainda submetida à apreciação da Unidade de Gestão a reprogramação financeira de alguns projectos já aprovados com o objectivo de tornar mais homogénea a taxa de participação FEDER aplicada aos diversos projectos de cada medida, aproximando as taxas médias das que constam do Complemento de Programação do POAT.

Identificação do Projecto	Entidade Executora	Eixo/ Medida	Investimento Elegível	Participação Solicitada	Taxa de Compart.
Modernização Linha Beira Baixo II - Remod. troço Mouriscas-Castelo Branco	REFER	1.1	45.693.657,00	22.846.828,50	50,00%
Plano de Expansão do Aeroporto de Faro	ANA	1.1	46.416.000,00	4.641.600,00	10,00%
IC3 - Variante de Tomar	EP	3.2	24.504.643,82	14.702.786,29	60,00%
Variante à EN235 entre Oliveira do Bairro e Sangalhos	EP	3.2	21.026.716,55	12.616.029,93	60,00%
EN326 Mansores - Arouca - Obras de Arte Especiais	EP	3.2	10.984.914,00	6.041.702,70	55,00%
Variante à EN333 entre Perrães e Águeda, incluindo viaduto sobre a EN1	EP	3.2	8.354.862,11	5.012.917,27	60,00%
Variante à EN108 em Entre-os-Rios e Variante à EN224 entre a EN108 e a EN222	EP	3.2	21.428.012,52	11.785.406,89	55,00%
EN109/EN111 - Reabilitação da Ponte da Figueira da Foz e Acessos	EP	4.2	10.752.782,66	5.914.030,46	55,00%
Total			189.161.588,66	83.561.302,04	

▪ Indicadores de Gestão

O quadro seguinte apresenta alguns dos indicadores de gestão relativos à execução do POAT durante o ano de 2005.

Designação	Nº
▪ Candidaturas recebidas	67
▪ Candidaturas enviadas à Unidade de Gestão	57
▪ Candidaturas com parecer favorável na Unidade de Gestão	55
▪ Reprogramações financeiras solicitadas pelos executores	7
▪ Reprogramações financeiras aprovadas em Unidade de Gestão	12
▪ Projectos e reprogramações aprovados em unidade de gestão	67
▪ Projectos e reprogramações homologados	67
▪ Grandes projectos aprovados e reprogramados	3
▪ Pedidos de pagamento efectuados	259

▪ **Utilização da Assistência Técnica**

No início de 2004 foram aprovados dois projectos com programação plurianual até 2006: “Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo 2004-2006 (IN)” e “Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação 2004-2006 (OUT)”.

O nível de execução destes projectos, no que toca ao FEDER bem como à repartição por categorias de despesa, constam dos quadros seguintes:

Clas.	Acção	Montantes (Euros)
A	Apoio à gestão, acompanhamento e controlo	319.823,95
B	Outras despesas de Assistência Técnica	146.021,74
	TOTAL	465.845,69

N.º	Categorias de despesa	Acção	Montantes (Euros)
1	Preparação, selecção, avaliação, acompanhamento e avaliação interna das operações	A	213.308,01
2	Reuniões com comités de acompanhamento e outras relacionadas com a execução das intervenções	A	15.291,94
3	Auditorias e verificação das operações no terreno	A	91.224,00
4	Estudos, seminários, acções de informação e avaliações externas	B	146.021,74
	TOTAL		465.845,69

▪ **Comissão de Acompanhamento**

No decurso de 2005 tiveram lugar duas reuniões da Comissão de Acompanhamento do POAT, à qual foram prestados os esclarecimentos pertinentes relativos à execução e ao ponto de situação deste programa operacional.

Na 10ª reunião, realizada a 2 de Junho de 2005, procedeu-se à aprovação do Relatório de execução do POAT de 2004.

Foram, também, aprovadas alterações ao Complemento de Programação, nomeadamente:

- introdução, no capítulo I, do ponto 1.2 sobre Integração Europeia e Projectos Prioritários (páginas 4 a 6), mantendo-se o restante texto. Passaram, assim, a ser explicitamente mencionados todos os projectos prioritários europeus com participação portuguesa.
- eliminação, na nota de pé de página do capítulo relativo ao Regime de Ajudas, da frase "... A introdução de novos regimes de ajudas implica uma modificação da decisão da Comissão relativa à Intervenção...", por ter sido acordado com a Comissão Europeia que a actualização do quadro dos Auxílios de Estado se faria em sede de Complemento de Programação.

Foi, ainda, apresentada uma proposta de revisão do Regulamento Interno da Comissão de Acompanhamento, no que se refere ao artigo 2º sobre a Composição da Comissão de Acompanhamento. Esta proposta visou actualizar a designação das entidades que integram a Comissão, incluindo um representante do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e um representante de cada Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, por força do disposto no Decreto-Lei 104/2003 de 23 de Maio.

Em 7 de Dezembro de 2005 teve lugar a 11ª reunião da Comissão de Acompanhamento. Dos trabalhos desta reunião há a destacar:

- a) **Análise do Relatório Final do Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do POAT**
Foi apresentado o Estudo de Actualização da Avaliação Intercalar do POAT, sendo salientados os aspectos que o distinguem da Avaliação Intercalar realizada em 2003, designadamente a inclusão da análise em profundidade de algumas medidas específicas (Medida 1.1 e Medida 4.2) e a introdução de recomendações para o

próximo período de programação.

De uma forma detalhada foi apresentada a Estrutura do Estudo, o Cronograma de Realização, as Principais Conclusões e Recomendações para o Período em curso e as Recomendações para o Próximo Período de Programação.

b) Aprovação do Relatório de Execução de 30 de Junho de 2005

No 1º semestre de 2005 houve pouca evolução do POAT - foram aprovados 12 projectos, a que corresponde 76,591 M€ de investimento elegível e 18,076 M€ de participação comunitária - tendo a execução neste período sido muito baixa. Houve a oportunidade de esclarecer que a situação descrita no relatório não reflectia o trabalho desenvolvido pela Gestão e a EAT, o qual só veio a repercutir-se no semestre seguinte.

c) Aprovação de alteração ao Complemento de Programação.

Foi submetida a proposta de alteração do Complemento de Programação, que visava principalmente tornar inequívoco em cada uma das medidas do POAT que a data de aprovação dos projectos se poderia estender até ao termo do período de execução. As alterações foram aprovadas por unanimidade.

2. ACÇÕES DE CONTROLO FINANCEIRO

Sistema de Gestão e Controlo

De acordo com o disposto no artigo 38º do Regulamento nº 1260/99 do Conselho, de 21 de Junho, o Sistema de Gestão e Controlo deverá garantir que a utilização dos fundos segue as normas comunitárias e os princípios da boa gestão financeira e que existem procedimentos para prevenir, detectar e corrigir irregularidades e recuperar os fundos perdidos.

O Regulamento nº 438/2001 da Comissão, de 2 de Março, concretiza de que forma o Sistema de Gestão e Controlo deve proceder para garantir os resultados visados no artigo 38º do Regulamento nº 1260/99.

Em conformidade com estes normativos, o Sistema de Gestão e Controlo do POAT efectuou em 2005 os procedimentos de verificação da legalidade e regularidade do fornecimento de bens e serviços co-financiados (artigo 4º do Regulamento nº 438/2001) e promoveu a realização dos controlos por amostragem (artigo 10º do Regulamento nº 438/2001) relativos à execução do ano anterior.

Este controlo, da responsabilidade da gestão, designa-se controlo de 1º nível, de acordo com o SNC – Sistema Nacional de Controlo, instituído pelo Decreto-lei nº 54-A/2000 de 7 de Abril, que integra ainda dois outros níveis de controlo: o controlo de 2º nível da responsabilidade da DGDR em articulação, no caso dos projectos dos Transportes, com a Inspeção-geral do MOPTC; e o controlo financeiro de alto nível, da responsabilidade da IGF.

Controlo interno em 2005

As acções de controlo interno realizadas no âmbito do POAT orientam-se pelo disposto no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 438/2001, que prevê a adopção de procedimentos para verificação do fornecimento dos bens e serviços co-financiados, da veracidade das despesas objecto dos pedidos de pagamento, da sua elegibilidade e enquadramento nas normas nacionais e comunitárias aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública e protecção do ambiente.

Assim, no que respeita à verificação da documentação justificativa da despesa, a Estrutura de Apoio Técnico (EAT) do POAT procedeu à análise exaustiva dos documentos que acompanham os pedidos de pagamento, nos termos estipulados no Regulamento Interno da Unidade de Gestão, da IOAT (nº 3 e nº 4 do artigo 7º), verificando a sua elegibilidade em função dos procedimentos de contratação pública, bem como a elegibilidade das despesas em função da sua natureza e data de realização.

Foi igualmente verificada sistematicamente a manutenção da regularidade das condições de acesso, nomeadamente em relação à inexistência de dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social.

Das verificações efectuadas no âmbito do controlo interno resultaram a identificação de um conjunto de situações que levaram à adopção de medidas no âmbito da gestão.

Apresentam-se seguidamente, em síntese, as situações detectadas e as correspondentes medidas tomadas para a sua resolução:

Designação do projecto	Executor	Nº P.P.	Situação detectada	Decisão tomada	Despesa não elegível	Elegibilidade condicionada
Acessibilidades Rodov.Ferrov. ao Terminal de contentores do Porto de Sines	APS	1º	Trabalhos a mais insuficientemente justificados	Foi remetido ofício ao executor comunicando que o montante de Tm não foi considerado elegível fazendo depender a reapreciação da decisão das justificações a apresentar pelo executor.		2.151.048,88
		2º	Recibo sem carimbo; Incorreção do montante do P.P.	Solicitação ao executor de correções e substituição de documentos		
Programa de gestão ambiental do Porto de Leixões	APDL	2º	Incorreções do código do projecto inserido nos documentos justificativos de despesa	Solicitação de correções nos originais e nas respectivas cópias.		
Melhoria das condições de Segurança do Porto de Leixões		2º				
Variante à EN108 em Entre-os-Rios e Variante à EN224 entre a EN108 e a EN222	EP	9º	Foi detectada uma despesa não elegível (rúbrica 10.03.01)	Foi comunicado ao executor o corte da despesa não elegível e o novo montante aceite no Pedido de Pagamento	712,29	
Prolongamento da Linha Amarela-Campo Grande / Odivelas	ML	10º	Foram detectadas várias situações em que os montantes incluídos no P.P. não estão suportados pelo correspondente documento de quitação	Foi remetido ofício ao executor solicitando a apresentação dos documentos em falta.		
Linha de Guimarães I - Reversão de subtroço Santo-Tirso - Lordelo	REFER	1º	Contratos adicionais relativos a Trabalhos a mais insuficientemente justificados	Foi remetido ofício ao executor comunicando que o montante de Tm não foi considerado elegível fazendo depender a reapreciação da decisão das justificações a apresentar pelo executor.		822.731,50
Supressão de PN's na Linha de Guimarães: Santo Tirso - Guimarães		2º				

Foram igualmente solicitados diversos esclarecimentos ao nível da análise das candidaturas, nomeadamente os seguintes:

Designação do projecto	Exec.	Situação detectada	Observações
Reabilitação de O.A. No distrito de Coimbra- EN 234 Reparação do Pontão da Fontainha	E.P.	Falta de contrato de empreitada	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Beneficiação da IC8	E.P.	Falta de comprovativo de publicação de anúncio (Jornal Regional)	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Variante à EN222 - Ponte do Arda / EM504	E.P.	Falta de comprovativo de publicação de anúncio de concurso (Jornal Regional) Contração no formulário de candidatura quanto ao processo de AIA	Situações resolvidas. Candidatura Aprovada
EN223 - Beneficiação entre Corga do Lobão e Souto Redondo	E.P.	Não é feita prova de que o contrato tenha sido objecto de visto do Tribunal de Contas	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Variante à EN232 em Gouveia	E.P.	Falta de comprovativo da publicação de anúncio do concurso (Jornal Regional) Contração no formulário de candidatura quanto ao processo de AIA	Situações resolvidas. Candidatura Aprovada
Variante à EN9-2 em Pêro Negro - Ligação do Nó da A8 à EN374	E.P.	Contração no formulário de candidatura quanto ao processo de AIA Falta de contrato de empreitada	Situações resolvidas. Candidatura Aprovada
Variante à EN212 entre Chã e Alijó	E.P.	Contração no formulário de candidatura quanto ao processo de AIA	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Variante à EN222 - Beneficiação entre Arnelas e a Barragem de Crestuma / Lever	E.P.	Falta de comprovativo da publicação de anúncio do concurso (Jornal Regional e Nacional)	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
EN211 - Beneficiação entre Marco de Canaveses e Mosteirô	E.P.	Falta de comprovativo da publicação de anúncio do concurso Contração no formulário de candidatura quanto ao processo de AIA	Situações resolvidas. Candidatura Aprovada
Sistema de segurança e combate a acidentes no Porto de Sines	A.P.S.	Falta referência quanto ao cumprimento das normas sobre contratação pública	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Sistema de comunicação Rádio-Solo comboio com GSM e GPS integrados	C.P.	Falta referência quanto ao cumprimento das normas sobre contratação pública	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
Segurança da cadeia Logística	A.P.D.L.	Falta referência quanto ao cumprimento das normas sobre contratação pública	Situação resolvida. Candidatura Aprovada
VTS	I.P.T.M.	Falta de declaração Rede Natura 2000 Falta de declaração das autoridades ambientais Necessidade de actualizar o estudo económico	Situações resolvidas. Candidatura Aprovada
Várias candidaturas das EP referenciadas como "Melhoria da qualidade e segurança de várias EENN nos vários distritos do País" a financiamento na medida 4.2.	E.P.	Trata-se de um elevado nº de pequenas intervenções, na maior parte dos casos complementares de outras intervenções já realizadas.	Rejeitadas por existir já em previsão um conjunto de projecto que preenchem de forma adequada os objectivos preconizados no Programa, no âmbito da medida 4.2.

Controlo Financeiro realizado pelos diferentes níveis de controlo:**CONTROLO DE 1º NÍVEL**

1 - Nos controlos de 1º nível efectuados durante os anos de 2000/2005 o nº acumulado de projectos auditados foi de 61, tendo sido controlada uma despesa total de 961.338.372,38 euros.

2 - Estes valores encontram-se discriminados no quadro abaixo:

Nível de Controlo / Anos de Referência	Controlo de 1º Nível			
	Nº Total de projectos	Despesa Executada 2000/2005	Despesa Controlada 2000/2005	Taxa de esforço do Controlo
2005	15	467.381.006,70	343.437.587,65	73,5%
2000/2005	61	1.428.364.026,62	961.338.372,38	67,3%

Nota: O controlo efectuado em 2005, incidiu sobre a despesa executada até 2004.

3 – Em 2005, foram adoptadas as seguintes medidas decorrentes de auditorias anteriores:

Projecto	Executor	Situações detectadas / Recomendações	Medidas Adoptadas
31-01-02-FDR-00001 - IP2 Nó Rodoviário da Zona Industrial	E.P.	Foram realizadas despesas fora do âmbito do projecto, incluídas no 1º pedido de pagamento, relativamente à beneficiação de cerca de 10 Km da estrada EN 246-2 (Estrada da Serra).	Foi preenchida uma proposta de Comunicação de Irregularidade e enviada a 4/11/2005 para a DGDR com o nosso ofício nº 848/05/IOT. Já foi comunicado à CE por parte da IGF no dia 30 de Novembro de 2005. Situação resolvida com a dedução do montante, no 2º pedido de pagamento.
31-01-01-FDR-00001 - Modern. Linha Beira Baixa-Remodel. Vale Prazeres-Covilhã	E.P.	Os trabalhos a mais realizados no âmbito do projecto carecem de ser suportados pelos respectivos contratos adicionais nos termos do artº 26º do DL nº 59/99, de 2 de Março.	Foi preenchida uma proposta de Comunicação de Irregularidade e enviada a 7/11/2005 para a DGDR com o nosso ofício nº 850/05/IOT. Já foi comunicado à CE por parte da IGF no dia 30 de Novembro de 2005. Situação resolvida com a dedução do montante, no 12º pedido de pagamento.
31-05-01-FDR-00003 - Apoio à Gestão Acompanhamento e Controlo 2002	G.E.P. - M.O.P.T.C./Assistência Técnica	O montante de 66,66 € correspondente ao somatório dos montantes imputados em excesso nos pedidos de pagamento nº 10 e nº 15, foram considerados não elegíveis.	Foi enviado ofício ao GEP-MOPTC solicitando a regularização desta situação.

CONTROLO DE 2º NÍVEL

1 - Relativamente aos controlos de 2º nível, efectuados pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (D.G.D.R), foram efectuadas duas auditorias até final de 2005.

A 1ª auditoria foi realizada em 2002, no âmbito da aplicação dos artigos 9º e 10º do Regulamento (CE) nº 438/2001 da Comissão de 2 de Março, com vista a aferir a

regularidade e elegibilidade das despesas certificadas em 2001, à Comissão Europeia. Foram 7 os projectos auditados, tendo sido controlada uma despesa total de 32.507.111,61 euros (39,25% da despesa executada até 23 de Novembro de 2001).

Esta auditoria concluiu, em termos gerais, que a concepção do sistema de gestão e controlo do POAT permite assegurar a boa gestão dos fundos públicos que lhe estão afectos, no cumprimento das normas nacionais e comunitárias;

A 2ª auditoria ainda não está finalizada e diz respeito aos procedimentos de contratação pública aplicados na realização de despesa dos projectos. Engloba 22 projectos e foram tidos em conta todos os contratos que geraram despesa até 31 de Dezembro de 2004.

2 – Apresenta-se de seguida o quadro síntese:

Designação da Auditoria	Ano de referência	Nº total de Projectos controlados	Despesa executada	Despesa controlada	Taxa de esforço
Acção de Controlo ao POAT	2002	7	82.820.666,52	32.507.111,61	39,25%
Procedimentos de Contratação Pública aplicados na realização de despesa nos projectos	2005	22	1.011.426.198,11	1.011.426.198,11	100%

3 – Relativamente aos problemas encontrados na gestão do Programa e eventuais medidas adoptadas, passamos a descrevê-los por auditoria, segundo a ordem pela qual foram referidas:

- das situações reportadas em relatório final, a título de recomendações, a única que continua pendente de resolução é a que respeita aos 66,66 euros de comparticipação indevidamente atribuída ao FEDER (Projecto: Assistência Técnica);
- A auditoria relativa aos procedimentos de contratação pública aplicados na realização de despesa nos projectos ainda se encontra em curso, não havendo, por isso, conclusões a registar no âmbito deste relatório.

CONTROLO DE ALTO NÍVEL

1– Foram efectuados 3 controlos pela Inspeção-Geral de Finanças (I.G.F.):

- a) A 1ª auditoria foi realizada em 2003, no âmbito de uma Auditoria aos Sistemas de Gestão e Controlo do PO Transportes, conforme artigos 15º a 17º do Regulamento (CE) nº 438/2001, de 2 de Março. Foi adjudicada pela IGF à empresa privada de auditoria KPMG e abrangeu 5 projectos, tendo sido controlada uma despesa total de 19.128.724,00 euros. O objectivo desta auditoria consistiu em avaliar o funcionamento dos sistemas de gestão e controlo do POAT, incluindo o sistema de controlo interno implementado, com base na despesa executada até 30 de Setembro de 2003.

A auditoria concluiu que em termos gerais, a organização e funcionamento dos sistemas de gestão e controlo implementados permitem assegurar a boa gestão dos fundos públicos, no cumprimento das normas nacionais e comunitárias.

As verificações efectuadas permitiram concluir que, no respeitante à gestão, acompanhamento e controlo do POAT, de uma forma geral, os circuitos e procedimentos estão formalizados e são seguidos pelos diferentes intervenientes.

- b) A 2ª auditoria foi realizada também em 2003, no âmbito de um Controlo Complementar por amostragem, conforme artigo 16º do Regulamento (CE) nº 438/2001, de 2 de Março. Esta auditoria foi adjudicada à empresa privada, *BDO Binder & Co., Auditorias, Impostos e Consultoria, Lda* e englobou 7 projectos, tendo sido controlada uma despesa total de 35.348.912,00 euros.

O objectivo desta auditoria consistiu no exame da documentação referente aos projectos, arquivada na Autoridade de Gestão e nos Executores, com verificação contabilística e física dos investimentos, com base na despesa executada até 31 de Março de 2003, bem como na análise do exercício das funções de gestão.

- c) A 3ª auditoria foi realizada em 2004, no âmbito de uma Auditoria aos procedimentos aplicados quanto às despesas realizadas mediante a celebração de contratos

públicos, nos termos previstos no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 438/2001, de 2 de Março. Foram 2 os projectos auditados, e controlada uma despesa total de 165.786.118,00 euros.

O objectivo desta auditoria foi determinar o grau de confiança nos sistemas de gestão e controlo, de acordo com os artigos 15º a 17º do Regulamento (CE) nº 438/2001, de 2 de Março.

2 – Apresenta-se de seguida o quadro síntese:

Designação da Auditoria	Ano de referência	Nº total de Projectos controlados	Despesa executada	Despesa controlada	Taxa de esforço
Auditoria de sistemas ao PO Transportes (KPMG)	2003	5	982.540.000,00	19.128.724,00	1,9%
Amostra Complementar PO Transportes (BDO)	2003	7	55.886.705,00	35.348.912,00	63%
Auditoria aos procedimentos aplicados na celebração de contratos	2004	2	165.786.118,00	165.786.118,00	100%

3 – Relativamente aos problemas encontrados na gestão do Programa e eventuais medidas adoptadas, passamos a descrevê-los por auditoria, segundo a ordem pela qual foram referidas:

- a) Para além de algumas recomendações de melhoria de procedimentos a nível técnico-administrativo, foram apuradas correcções financeiras no valor de 35.821 euros. Deste valor, continua por regularizar o montante de 1.724 euros relativo ao projecto de Assistência Técnica, tendo sido enviado ofício ao GEP-MOPTC solicitando a regularização desta situação;
- b) Como conclusões no relatório final da análise documental e contabilística, houve apenas uma proposta de correcção financeira a um dos projectos em causa, no valor de 1.828.577,95 euros, que se encontra já resolvida;
- c) Nas conclusões, foram assinaladas insuficiências ao nível da verificação da contratação pública, embora ao nível dos projectos da amostra não tenham sido detectadas deficiências. Na sequência da recomendação da auditoria para a verificação dos procedimentos de contratação pública, estes passaram a ser evidenciados através de *check list*.

VI) MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

1. MEDIDAS DE INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

A fim de dar cumprimento ao Regulamento (CE) 1159/2000, de 30 de Maio, do Conselho, durante o ano de 2005, prosseguiu-se o desenvolvimento de medidas que garantam que as entidades executoras dos projectos abrangidos por comparticipação do FEDER, através do Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes, continuem a cumprir as regras instituídas, nomeadamente no que respeita a:

- Painéis informativos colocados nos locais da obra;
- Placas comemorativas permanentes para as infra-estruturas em local visível do grande público.

Para além das recomendações efectuadas junto dos executores pela Estrutura de Apoio Técnico do POAT, nas auditorias de acompanhamento efectuadas a um determinado conjunto de projectos houve a preocupação de verificar se estavam a ser cumpridas as prescrições estabelecidas neste domínio.

Da mesma forma, as acções desenvolvidas no âmbito do controlo de 1º nível, levadas a cabo por auditores externos sob a responsabilidade desta Intervenção Operacional e, particularmente, da sua estrutura segregada de controlo, procederam à verificação do cumprimento dos procedimentos em matéria de informação e publicidade pelas entidades executoras.

Foram identificadas, quer nas auditorias acima referidas, quer por parte de auditorias realizadas pela Comissão Europeia, Inspeção-Geral de Finanças, Tribunal de Contas e Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, várias situações relativas à não existência de painéis de publicidade dos financiamentos comunitários no local da obra, ou à sua existência sem cumprir os requisitos exigidos. Cada uma das situações foi transmitida ao executor do projecto, que procedeu à sua regularização e subsequente comprovação.

Neste contexto a Estradas de Portugal, E.P.E. está a proceder à colocação de painéis comemorativos em locais de grande visibilidade do grande público, dando a conhecer os projectos financiados pelo FEDER.

Para além destes procedimentos, importa referir que se realizou no dia 17 de Fevereiro uma reunião presidida pelo Senhor Secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, em que estiveram presentes, para além dos os executores, também os possíveis beneficiários que até à data ainda não tinham apresentado candidaturas e ainda

os Coordenadores Regionais e o Gabinete de Estudos e Planeamento e Gabinete dos Assuntos Europeus e Relações Externas. Nesta reunião foi apresentada pela gestão sectorial informação detalhada sobre a execução do programa bem como sobre os principais problemas revelados no âmbito do seu processo de acompanhamento e controlo. Na mesma reunião foram igualmente transmitidas informações sobre as oportunidades ainda existentes no Programa no decurso do actual Quadro Comunitário de Apoio.

Foi ainda apresentado pelo Director do GAERE uma comunicação relativa às perspectivas para o próximo período de programação (2007-2013).

A fim de abranger um leque variado de entidades e empresas, a IOAT patrocinou o 1º Encontro Nacional “Estradas Municipais”, realizado pelo CRP – Centro Rodoviário Português. Este evento, que ocorreu em Viseu nos dias 29 e 30 de Junho de 2005, dirigiu-se, sobretudo, aos executivos municipais e respectivas assessorias técnicas.

O Programa do Encontro estava orientado no sentido da dinamização do mercado da beneficiação e conservação das estradas municipais, envolvendo designadamente representações de donos de obra e empreiteiros.

VII) SÍNTESE DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENCONTRADOS

1. PROBLEMAS ENCONTRADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA

A gestão do POAT tem tido necessidade de efectuar ajustamentos no mesmo por falta de candidaturas na área da Logística (Medida 2.3 relativa ao Desenvolvimento da Rede Nacional de Logística). Procurou-se ultrapassar este problema através do alargamento do âmbito e da diversificação do leque de candidaturas apresentáveis na Medida (situação consagrada em sede de reprogramação).

Outra questão que importa assinalar é a da incidência de procedimentos de contratação pública desadequados, pondo em causa a elegibilidade da respectiva despesa.

Na sequência das conclusões apresentadas no âmbito das auditorias realizadas pela CE aos sistemas de gestão e de controlo quanto ao cumprimento das regras aplicáveis à contratação pública, foi acordado entre a Comissão e as Autoridades Nacionais a aplicação de um Plano de Acção tendo em vista os procedimentos de Mercados Públicos.

Foi igualmente acordada com a Comissão uma metodologia para o estabelecimento de uma *check list* e de orientações detalhadas para a sua aplicação bem como para a constituição da amostra de projectos a auditar.

As listas de verificação dos procedimentos de contratação pública e as correspondentes orientações elaboradas no âmbito do Plano de Acção acordado entre a DGDR e os Serviços de Controlo da CE foram divulgadas junto dos executores, tendo-lhes sido transmitida a necessidade do seu preenchimento para evidenciar os procedimentos associados à celebração dos contratos que enquadram a despesa. Esta iniciativa da Gestão inscreveu-se na clarificação da natureza das situações sujeitas a verificação por parte da Gestão no âmbito da análise da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento.

No que respeita ao Plano de Acção, considera-se de referir que:

- Implicou a realização de auditorias de verificação dos procedimentos de contratação pública a uma amostra de 22 projectos no âmbito do POAT, incidindo sobre os contratos que enquadram a despesa constante dos pedidos de pagamento apresentados até 31 de Dezembro de 2004.
- A partir do estabelecimento da amostra, a gestão do POAT procedeu à identificação

dos contratos (497 contratos acrescidos dos adicionais) cujos procedimentos de contratação seriam objecto de auditoria.

- O processo de auditoria começou em meados de Outubro de 2005, tendo sido apresentados os relatórios preliminares no final de Novembro. A gestão promoveu a sua divulgação junto das entidades auditadas e participou no processo de contraditório.
- Até final do ano de 2005 decorreu a elaboração dos relatórios finais de auditoria, cujos resultados não foram, porém, conhecidos até ao final do ano.

De assinalar, portanto, que em 2005 foi dado seguimento às medidas requeridas pela Comissão nesta matéria.

As acções de acompanhamento por parte da gestão permitiram, também, identificar situações de não conformidade, nomeadamente no que respeita à documentação justificativa de despesa – documentação com falta de carimbos no original identificativos do Fundo e/ou do projecto e situações de não elegibilidade de despesa ou de elegibilidade condicionada.

VIII) COMPATIBILIDADE COM POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

1. AMBIENTE

O reconhecimento da estreita ligação entre o Sector dos Transportes e o Ambiente está patente na estrutura orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, uma vez que inclui um organismo particularmente vocacionado para fazer uma interface entre os dois vectores, com particular ênfase no domínio da construção das infra-estruturas de transporte.

Também a concepção do sistema de gestão e de acompanhamento do POAT, com a inclusão, desde o início, de um representante do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional na Unidade de Gestão e na Comissão de Acompanhamento, evidencia a preocupação com as questões ambientais.

No que respeita aos projectos especificamente associados à construção de infra-estruturas de transportes, os quais constituem a grande maioria dos projectos já aprovados, é dada muito particular atenção ao cumprimento da legislação ambiental.

Nos casos em que os projectos estão sujeitos a medidas minimizadoras de impactes ambientais, é solicitada a verificação do seu cumprimento por auditores externos sob a responsabilidade da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, quer no âmbito do acompanhamento (controlo interno), quer no âmbito do controlo de 1º nível.

Por outro lado, pode afirmar-se que no actual período de programação, o POAT tem vindo a dar um contributo ambiental muito positivo já que, no conjunto dos projectos aprovados, uma percentagem significativa dos apoios se destina aos modos ferroviário e marítimo.

A IOAT, em cooperação com a Auditoria Ambiental do MOPTC, tem apoiado acções de esclarecimento sobre “Sistemas de Gestão Ambiental no Sector dos Transportes”, destinadas a todas as entidades e a todas as empresas públicas do sector incluindo, portanto, todas as entidades executores do programa.

2. CONCORRÊNCIA E CONTRATOS PÚBLICOS

O cumprimento dos requisitos exigidos pela legislação comunitária e nacional neste domínio tem início na fase de análise das candidaturas apresentadas a co-financiamento comunitário no âmbito do programa, mediante verificação efectuada nos termos previstos no Manual de Procedimentos.

Após a aprovação dos projectos, durante a sua execução, é verificada a manutenção do cumprimento da legislação relativa a contratos públicos, nomeadamente no que respeita à celebração de contratos adicionais, aspecto que é verificado pela Estrutura de Apoio Técnico do Programa no âmbito da apreciação dos pedidos de pagamento e, ainda, no âmbito do controlo de 1º nível, realizado por auditores externos sob a responsabilidade e a orientação da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes.

Durante o ano de 2005 foram aprovados 55 projectos no âmbito do POAT, para os quais se verificaram os procedimentos de contratação pública.

3. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Na sequência do documento COM (96) 67, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres foi introduzida, no âmbito do QCA III, como prioridade horizontal em todos os programas operacionais.

Sendo a igualdade de oportunidades entre as mulheres e os homens, uma prioridade horizontal a todos os programas operacionais, não assume a mesma expressão em todos eles. Se é estruturante no caso das Intervenções Operacionais do emprego, formação e desenvolvimento social ou da economia, não assume a mesma dimensão estratégica no POAT.

No que respeita ao POAT, a incorporação desta prioridade materializou-se desde o início com a participação activa e empenhada da representante da Comissão para a Igualdade, funcionando junto da Presidência do Conselho de Ministros.

Na sequência desta participação, as entidades executoras têm vindo a ser sensibilizadas no sentido da não discriminação entre sexos na criação de novos postos de trabalho, quer durante a fase de execução (postos de trabalho temporários) quer durante a fase de exploração do projecto (postos de trabalho permanentes).

O POAT apresenta, essencialmente, uma estrutura de candidaturas de projectos que correspondem a projectos de infra-estruturas e equipamentos pesados. São áreas em que a participação feminina é reduzida, tanto ao nível da mão-de-obra não especializada como a nível dos técnicos superiores, reflectindo, neste caso, o menor número de licenciadas em engenharias. Todavia, esta última situação tende a ser ultrapassada, pois existe um crescente número de mulheres matriculadas no ensino superior, tendencialmente superior ao dos homens.

Na sequência dos projectos aprovados e destes dados objectivos, constata-se que em grande número das candidaturas não é feita referência à criação de postos de trabalho feminino permanentes ou temporários.

O grande projecto que ainda aguarda a conclusão do processo de aprovação da taxa de comparticipação (Plano de Expansão do Aeroporto de Faro) e a previsível apresentação em 2006 de projectos associados à implementação de plataformas logísticas poderão conduzir a uma situação mais favorável, sobretudo no que respeita à criação de postos de trabalho permanentes.

Os projectos do sector dos transportes não são neutros, pois existem diferenças substanciais entre homens e mulheres nos padrões de utilização dos meios de transporte públicos e privados ou no peso relativo de homens e mulheres nos sectores de obras públicas ou de transporte e armazenagem.

A melhoria das acessibilidades, proporcionada pelo investimento no modo ferroviário, relaciona-se com a diminuição do tempo de viagem e o desenvolvimento das plataformas multimodais melhora a vida das pessoas, principalmente das mulheres enquanto principais utilizadoras dos transportes públicos. Esta constatação permite-nos afirmar que as medidas 3.1 e 4.1 são as que apresentam, potencialmente, uma mais elevada contribuição para a aproximação dos géneros ao nível do gasto dos respectivos “orçamentos temporais”.

Utilizando o conceito de igualdade de oportunidades no sentido amplo, pode afirmar-se que a melhoria do transporte público induzida por este tipo de projectos vem beneficiar as classes mais desfavorecidas ou as que habitam em zonas suburbanas, aumentando os seus tempos livres e de lazer.

ANEXOS

A1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICA

Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes

Ponto de Situação reportado a 31.12.2005 por Medida

Indicadores de Realização Física

Medida		Indicador de Realização	Tipo de Indicador	Realização até 31/12/2005	Grau de Aproximação à Meta (%) 2006
31-01-01	Medida 1.1: Ligação Multimodal Portugal-Espanha / Resto da Europa	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede fundamental do PP8 (Km)	ACUM	1280	59%
		Extensão de via-férrea a renovar (Km)	ACUM	54,5	73%
		Extensão da modernização sistemas sinalização (km)	ACUM	80	52%
		Extensão de via a electrificar (km)	ACUM	80	52%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)	ACUM	17	100%
		Aeroportos intervencionados (nº)	ACUM	2	100%
31-01-02	Medida 1.2: Acelerar a Construção dos Eixos Transversais e Diagonais Estruturantes	Extensão de estradas a construir no âmbito da da rede fundamental excepto PP8 (Km)	ACUM	842	60%
31-02-01	Medida 2.1: Melhoria das Acessibilidades e Intervenções nos Portos	Melhoria das acessibilidades aos portos nacionais (nº)	ACUM	3	60%
		Desenvolvimento das infra-estruturas portuárias de articulação modal nos portos nacionais (nº)	ACUM	3,5	70%
31-02-02	Medida 2.2: Desenvolvimento da Rede Complementar Rodoviária	Extensão de estradas a construir no âmbito da rede complementar (Km)	ACUM	1664	39%
31-02-03	Medida 2.3: Desenvolver uma Rede Nacional de Logística	Áreas Logísticas a construir ou melhorar (nº)	ACUM		0%
		Plataformas logísticas a construir (nº)	ACUM		0%
31-03-01	Medida 3.1: Desenvolvimento de Ligações Ferroviárias entre Centros Urbanos	Extensão de via-férrea a renovar (Km)	ACUM	30	60%
		Extensão de via-férrea a construir (Km)	ACUM	0	0%
		Extensão da modernização sistemas de sinalização (km)	ACUM	30	10%
		Extensão de via a electrificar (km)	ACUM	30	19%
		Estações ferroviárias a intervencionar (nº)	ACUM	11	100%
31-03-02	Medida 3.2: Melhoria das Ligações Rodoviárias entre Centros urbanos e Nós e Variantes	Extensão de variantes urbanas a construir (km)	ACUM	221	100%
		Extensão de estradas a construir e reabilitar no âmbito da rede de estradas nacionais (Km)	ACUM	320	100%
31-04-01	Medida 4.1: Melhoria da Qualidade e Eficiência do Sistema de Transportes	Composições ferroviárias a adquirir ou renovar (nº)	ACUM	115	100%
		Implementação e monitorização de planos de prevenção e salvaguarda ambiental nos portos nacionais (nº)	ACUM	1	20%
31-04-02	Medida 4.2: Reforço das condições de segurança do Sistema de Transportes	Implementação de planos de segurança nos portos nacionais (nº)	ACUM	1	20%
		Número de passagens de nível suprimidas (unid)	ACUM	253	63%
		Número de obras de arte reabilitadas (unid)	ACUM	14	28%

Indicadores Físicos

As características dos indicadores físicos que caracterizam o POAT permitem que a sua actualização se processe naturalmente, por adição ou subtracção à situação acumulada do ano anterior, das ocorrências verificadas em cada ano. A informação é fornecida e tratada pelas entidades executoras e reguladoras do sector.

O nível de aproximação à meta de 2006 é obtido através da seguinte relação:

$$\text{Aprox. Meta (\%)} = \frac{\text{Realização Acumulada} - \text{Situação de Partida}}{\text{Meta Ano 2006} - \text{Situação de Partida}} \times 100$$

A2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA

Programa Operacional Acessibilidades e Transportes
 Ponto de Situação reportado a 31.12.2005

Unid: Euro

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Programação								
		2000/06			2000/05			2005		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Programa Operacional Acessibilidades e Transportes	Total	3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 923 727 458	2 720 828 011	1 249 226 586	368 578 455	368 578 455	185 238 585
	FEDER	3 336 116 509	3 133 217 061	1 457 234 345	2 923 727 458	2 720 828 011	1 249 226 586	368 578 455	368 578 455	185 238 585
EIXO 1		596.484.819	554.359.466	162.972.001	534.177.481	492.052.128	149.743.659	56.817.771	56.817.771	11.780.326
FEDER		596.484.819	554.359.466	162.972.001	534.177.481	492.052.128	149.743.659	56.817.771	56.817.771	11.780.326
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 1.1	FEDER	463.361.998	421.236.645	91.037.366	401.054.660	358.929.307	77.809.024	56.817.771	56.817.771	11.780.326
Medida 1.2	FEDER	133.122.821	133.122.821	71.934.635	133.122.821	133.122.821	71.934.635	0	0	0
EIXO 2		990.904.609	949.019.078	504.410.345	829.881.050	787.995.519	407.945.349	143.397.423	143.397.423	85.905.638
FEDER		990.904.609	949.019.078	504.410.345	829.881.050	787.995.519	407.945.349	143.397.423	143.397.423	85.905.638
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 2.1	FEDER	287.935.155	271.559.783	132.348.255	258.134.799	241.759.427	114.171.112	26.538.317	26.538.317	16.187.416
Medida 2.2	FEDER	538.105.456	538.105.456	317.266.448	408.485.374	408.485.374	239.780.155	115.431.468	115.431.468	69.004.403
Medida 2.3	FEDER	164.863.998	139.353.839	54.795.642	163.260.877	137.750.718	53.994.082	1.427.638	1.427.638	713.819
EIXO 3		1.162.937.138	1.094.061.557	547.661.000	1.046.443.516	977.567.935	481.387.998	103.741.869	103.741.869	59.018.554
FEDER		1.162.937.138	1.094.061.557	547.661.000	1.046.443.516	977.567.935	481.387.998	103.741.869	103.741.869	59.018.554
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 3.1	FEDER	594.239.075	525.363.494	226.603.448	518.806.251	449.930.670	189.073.004	67.175.713	67.175.713	33.422.245
Medida 3.2	FEDER	568.698.063	568.698.063	321.057.552	527.637.265	527.637.265	292.314.994	36.566.156	36.566.156	25.596.309
EIXO 4		576.313.942	526.300.959	235.084.000	505.153.990	455.141.008	204.096.016	63.370.561	63.370.561	27.595.944
FEDER		576.313.942	526.300.959	235.084.000	505.153.990	455.141.008	204.096.016	63.370.561	63.370.561	27.595.944
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 4.1	FEDER	331.018.917	283.191.820	115.870.751	292.346.877	244.519.781	99.323.410	34.438.877	34.438.877	14.736.018
Medida 4.2	FEDER	245.295.025	243.109.139	119.213.249	212.807.113	210.621.227	104.772.606	28.931.684	28.931.684	12.859.926
EIXO 5 - Assistência Técnica		9.476.001	9.476.001	7.106.999	8.071.421	8.071.421	6.053.564	1.250.831	1.250.831	938.123
FEDER		9.476.001	9.476.001	7.106.999	8.071.421	8.071.421	6.053.564	1.250.831	1.250.831	938.123
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
PO TOTAL *		3.336.116.509	3.133.217.061	1.457.234.345	2.923.727.458	2.720.828.011	1.249.226.586	368.578.455	368.578.455	185.238.585
Regiões em Regime Transitório		722.183.566	687.162.566	319.073.897	707.542.435	672.521.435	309.223.646	63.569.144	63.569.144	32.881.840
Regiões Elegíveis		2.613.932.943	2.446.054.495	1.138.160.448	2.216.185.023	2.048.306.575	940.002.940	305.009.311	305.009.311	152.356.745
FEDER		3.336.116.509	3.133.217.061	1.457.234.345	2.923.727.458	2.720.828.011	1.249.226.586	368.578.455	368.578.455	185.238.585
Regiões em Regime Transitório		722.183.566	687.162.566	319.073.897	707.542.435	672.521.435	309.223.646	63.569.144	63.569.144	32.881.840
Regiões Elegíveis		2.613.932.943	2.446.054.495	1.138.160.448	2.216.185.023	2.048.306.575	940.002.940	305.009.311	305.009.311	152.356.745

Programa Operacional Acessibilidades e Transporte
Ponto de Situação reportado a 31.12.2005

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Homologações			Despesa Valida pela AG					
		2000/05			2000/05			Ano 2005		
		Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo	Custo Total	Desp. Pública	Fundo
		(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)
Programa Operacional Acessibilidades e Transportes	Total	2 458 749 839	2 458 749 839	1 067 676 030	1 895 745 034	1 895 745 034	798 842 836	467 381 007	467 381 007	202 786 560
	FEDER	2 458 749 839	2 458 749 839	1 067 676 030	1 895 745 034	1 895 745 034	798 842 836	467 381 007	467 381 007	202 786 560
EIXO 1		472.545.872	472.545.872	122.820.507	357.559.366	357.559.366	85.290.599	92.465.590	92.465.590	18.825.383
FEDER		472.545.872	472.545.872	122.820.507	357.559.366	357.559.366	85.290.599	92.465.590	92.465.590	18.825.383
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 1.1	FEDER	390.147.685	390.147.685	78.483.579	311.485.089	311.485.089	60.566.204	89.946.237	89.946.237	17.467.313
Medida 1.2	FEDER	82.398.188	82.398.188	44.336.928	46.074.277	46.074.277	24.724.395	2.519.352	2.519.352	1.358.070
EIXO 2		454.676.105	454.676.105	236.986.883	392.058.280	392.058.280	201.483.030	70.355.661	70.355.661	38.644.123
FEDER		454.676.105	454.676.105	236.986.883	392.058.280	392.058.280	201.483.030	70.355.661	70.355.661	38.644.123
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 2.1	FEDER	140.923.455	140.923.455	58.632.869	130.067.607	130.067.607	54.073.289	20.049.391	20.049.391	9.415.910
Medida 2.2	FEDER	307.599.452	307.599.452	176.173.757	258.340.853	258.340.853	146.105.666	46.834.038	46.834.038	28.012.932
Medida 2.3	FEDER	6.153.198	6.153.198	2.180.258	3.649.821	3.649.821	1.304.076	3.472.232	3.472.232	1.215.281
EIXO 3		982.617.249	982.617.249	481.445.067	770.749.238	770.749.238	367.682.703	179.873.123	179.873.123	94.439.152
FEDER		982.617.249	982.617.249	481.445.067	770.749.238	770.749.238	367.682.703	179.873.123	179.873.123	94.439.152
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 3.1	FEDER	405.779.856	405.779.856	153.080.849	355.116.510	355.116.510	135.457.133	53.301.298	53.301.298	18.878.091
Medida 3.2	FEDER	576.837.392	576.837.392	328.364.217	415.632.729	415.632.729	232.225.570	126.571.824	126.571.824	75.561.061
EIXO 4		539.845.580	539.845.580	219.624.798	372.695.077	372.695.077	142.374.199	124.220.788	124.220.788	50.528.518
FEDER		539.845.580	539.845.580	219.624.798	372.695.077	372.695.077	142.374.199	124.220.788	124.220.788	50.528.518
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
Medida 4.1	FEDER	14.146.827	321.543.301	112.644.952	295.306.549	295.306.549	103.433.127	76.746.612	76.746.612	26.923.017
Medida 4.2	FEDER	218.302.279	218.302.279	106.979.847	77.388.528	77.388.528	38.941.072	47.474.175	47.474.175	23.605.501
EIXO 5 - Assistência Técnica		9.065.034	9.065.034	6.798.775	2.683.073	2.683.073	2.012.305	465.846	465.846	349.384
FEDER		9.065.034	9.065.034	6.798.775	2.683.073	2.683.073	2.012.305	465.846	465.846	349.384
FSE										
FEOGA-O										
IFOP										
PO TOTAL *		2.458.749.839	2.458.749.839	1.067.676.030	1.895.745.034	1.895.745.034	798.842.836	467.381.007	467.381.007	202.786.560
Regiões em Regime Transitório		560.933.560	560.933.560	245.299.422	396.885.828	396.885.828	165.098.673	7.997.617	7.997.617	4.350.725
Regiões Elegíveis		1.897.816.279	1.897.816.279	822.376.608	1.498.859.206	1.498.859.206	633.744.164	459.383.390	459.383.390	198.435.835
FEDER		2.458.749.839	2.458.749.839	1.067.676.030	1.895.745.034	1.895.745.034	798.842.836	467.381.007	467.381.007	202.786.560
Regiões em Regime Transitório		560.933.560	560.933.560	245.299.422	396.885.828	396.885.828	165.098.673	7.997.617	7.997.617	4.350.725
Regiões Elegíveis		1.897.816.279	1.897.816.279	822.376.608	1.498.859.206	1.498.859.206	633.744.164	459.383.390	459.383.390	198.435.835

Programa Operacional Acessibilidades e Transporte
Ponto de Situação reportado a 31.12.2005

PO / Eixo Prioritário / Medida	Fundos	Taxas de Execução (Fundo)				
		valores acumulados			2000-05	2005
		Hom/Prog	DV/Prog	DV/Hom	DV/Prog	DV/Prog
		(19)=(12)/(3)*100	(20)=(15)/(3)*100	(21)=(15)/(12)*100	(22)=(15)/(6)*100	(23)=(18)/(9)*100
Programa Operacional	Total	73,3	54,8	74,8	63,9	109,5
Acessibilidades e Transportes	FEDER	73,3	54,8	74,8	63,9	109,5
EIXO 1		75,4	52,3	69,4	57,0	159,8
FEDER		75,4	52,3	69,4	57,0	159,8
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 1.1	FEDER	86,2	66,5	77,2	77,8	148,3
Medida 1.2	FEDER	61,6	34,4	55,8	34,4	
EIXO 2		47,0	39,9	85,0	49,4	45,0
FEDER		47,0	39,9	85,0	49,4	45,0
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 2.1	FEDER	44,3	40,9	92,2	47,4	58,2
Medida 2.2	FEDER	55,5	46,1	82,9	60,9	40,6
Medida 2.3	FEDER	4,0	2,4	59,8	2,4	170,3
EIXO 3		87,9	67,1	76,4	76,4	160,0
FEDER		87,9	67,1	76,4	76,4	160,0
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 3.1	FEDER	67,6	59,8	88,5	71,6	56,5
Medida 3.2	FEDER	102,3	72,3	70,7	79,4	295,2
EIXO 4		93,4	60,6	64,8	69,8	183,1
FEDER		93,4	60,6	64,8	69,8	183,1
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
Medida 4.1	FEDER	97,2	89,3	91,8	104,1	182,7
Medida 4.2	FEDER	89,7	32,7	36,4	37,2	183,6
EIXO 5 - Assistência Técnica		95,7	28,3	29,6	33,2	37,2
FEDER		95,7	28,3	29,6	33,2	37,2
FSE						
FEOGA-O						
IFOP						
PO TOTAL *		73,3	54,8	74,8	63,9	109,5
Regiões em Regime Transitório		76,9	51,7	67,3	53,4	13,2
Regiões Elegíveis		72,3	55,7	77,1	67,4	130,2
FEDER		73,3	54,8	74,8	63,9	109,5
Regiões em Regime Transitório		76,9	51,7	67,3	53,4	13,2
Regiões Elegíveis		72,3	55,7	77,1	67,4	130,2

A3 – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR REGIÃO

A4 – LISTAGEM DE PROJECTOS EM CURSO

Programa Operacional de Acessibilidades e Transportes
Listagem de projectos aprovados até 31 de Dezembro de 2005

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
31-01-01-FDR-00001	1.1	Moder. Linha da Beira Baixa-I-Remod. do Troço Vale de Prazeres-Covilhã	REFER	50%	28.450.908,31	14.225.454,16	20.809.836,07	10.404.918,04
31-01-01-FDR-00002	1.1	IP3 Raiva - Gestosa	EP	55%	1.256.435,74	691.039,66	1.256.435,75	691.039,66
31-01-01-FDR-00003	1.1	IP5 - Duplicação da faixa de rodagem entre o Nó da AE (Albergaria) e a EN1	EP	55%	8.658.342,43	4.762.088,34	8.658.342,43	4.762.088,34
31-01-01-FDR-00004	1.1	IP4 Amarante-Vila Real (Próx) - Construç./Beneficiação de Nós	EP	55%	4.570.818,79	2.513.950,33	4.570.818,79	2.513.950,33
31-01-01-FDR-00005	1.1	IP5 - Beneficiação entre Mangualde e Celorico da Beira	EP	55%	5.801.545,55	3.190.850,05	5.801.545,55	3.190.850,05
31-01-01-FDR-00006	1.1	IP3. Beneficiação entre Trouxemil e Raiva	EP	55%	1.239.422,07	681.682,14	1.239.422,07	681.682,14
31-01-01-FDR-00007	1.1	Modernização Linha Beira Baixo II - Remod. troço Mouriscas-Castelo Branco	REFER	50%	45.693.657,00	22.846.828,50	28.215.850,25	14.107.925,13
31-01-01-FDR-00008	1.1	Plano de Expansão do Aeroporto de Faro	ANA	10%	46.416.000,00	4.641.600,00		0,00
31-01-01-FDR-00009	1.1	Plano de Expansão do Aeroporto de Sá Carneiro	ANA	10%	248.060.554,90	24.930.085,77	240.932.838,29	24.213.750,25
		Total Medida 1.1			390.147.684,79	78.483.578,95	311.485.089,20	60.566.203,93
31-01-02-FDR-00001	1.2	IP2 Nó Rodoviário da Zona Industrial	EP	55%	1.611.924,34	886.558,39	1.611.924,34	886.558,39
31-01-02-FDR-00002	1.2	IP2 - Macedo de Cavaleiros / Valbenfeito - Viadutos	EP	55%	6.289.750,01	3.459.362,51	6.289.750,01	3.459.362,51
31-01-02-FDR-00003	1.2	IP4 Beneficiação entre Santa Comba de Rossas e Bragança	EP	55%	6.475.010,20	3.561.255,61	6.475.010,20	3.561.255,61
31-01-02-FDR-00004	1.2	IP2 Benef. entre km174+000 e 175+300 e entre km 176+200 e 183+900	EP	55%	811.195,02	446.157,26	811.195,02	446.157,26
31-01-02-FDR-00005	1.2	IP8/EN260 - Reabilitação da Ponte de Serpa sobre o Rio Guadiana	EP	55%	2.652.335,36	1.458.784,45	2.619.236,01	1.440.579,81
31-01-02-FDR-00006	1.2	IP2 Nó do Hospital (Castelo Branco/EN233)	EP	55%	2.924.692,79	1.608.581,03	2.924.692,79	1.608.581,03
31-01-02-FDR-00007	1.2	IP2 - Ponte sobre a ribeira da Meimoa e Acessos Imediatos	EP	55%	3.806.165,44	2.093.390,99	3.806.165,44	2.093.390,99
31-01-02-FDR-00008	1.2	IP2 - Beneficiação entre a Barragem do Fratel e a EN118 (inclui concl. Nó de Arez)	EP	55%	2.461.314,54	1.353.723,00	2.461.314,54	1.353.723,00
31-01-02-FDR-00009	1.2	IP3 Trouxemil - L.D. Viseu	EP	55%	2.309.899,81	1.270.444,90	2.309.899,81	1.270.444,90
31-01-02-FDR-00010	1.2	IP3 - km 53.150 Nó do Lorvão	EP	50%	767.147,65	383.573,83	767.147,66	383.573,83
31-01-02-FDR-00011	1.2	IP3 - Ponte do Nó 3 sobre o Rio Paivo	EP	50%	2.160.789,67	1.080.394,84	2.160.789,67	1.080.394,84
31-01-02-FDR-00012	1.2	IC33 - Beneficiação entre Santiago do Cacém e Grandola	EP	50%	10.084.868,98	5.042.434,49	8.292.211,62	4.146.105,81
31-01-02-FDR-00013	1.2	IP4 - Beneficiação entre Pontão de Lamas e Santa Comba de Rossas	EP	54%	5.544.939,54	2.994.267,35	5.544.939,54	2.994.267,35
31-01-02-FDR-00014	1.2	IP2 Nó de Castro Verde da A27Castro Verde	EP	54,2	4.869.288,05	2.639.154,12		0,00
31-01-02-FDR-00015	1.2	IP7 - Viaduto do Eixo Norte Sul sobre a Avenida Padre Cruz	EP	54,2	29.628.866,12	16.058.845,44		0,00
		Total Medida 1.2			82.398.187,52	44.336.928,21	46.074.276,65	24.724.395,31
		EIXO 1			472.545.872,31	122.820.507,16	357.559.365,85	85.290.599,25
31-02-01-FDR-00001	2.1	Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	APS	40%	47.884.598,13	19.153.839,25	47.763.621,81	19.105.448,72
31-02-01-FDR-00002	2.1	VILPL - Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	APDL	45%	16.460.330,60	7.407.148,77	11.361.324,73	5.112.596,13
31-02-01-FDR-00003	2.1	Beneficiação/Reacondicionamento dos Molhes Sul Central e Triâng de Sep de Correntes Porto de Aveiro	APA	42%	3.746.798,60	1.584.895,81	3.746.798,60	1.584.895,81
31-02-01-FDR-00004	2.1	Reabilitação e Reforço de Parte do Cais Sul da Doca nº1	APDL	42%	2.311.654,03	970.894,69	2.311.654,01	970.894,68
31-02-01-FDR-00005	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro - Acção 1	APA	39%	18.168.633,61	7.085.767,11	15.786.853,30	6.156.872,79
31-02-01-FDR-00006	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro: Const. Terminal RO-Ro - Acção 3	APA	39%	16.371.482,98	6.384.878,36	14.665.832,27	5.719.674,59
31-02-01-FDR-00007	2.1	Melhoria das Acessibilidades Marítimas do Terminal Sul do Porto de Aveiro	APA	41%	1.040.404,58	424.693,15	1.040.404,58	424.693,15
31-02-01-FDR-00008	2.1	Ampliação do Terminal Norte do Porto de Aveiro: Construção do Terminal de Granéis Líquidos	APA	39%	16.571.813,08	6.463.007,10	15.213.372,15	5.933.215,14
31-02-01-FDR-00009	2.1	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Leixões e Medidas Complementares	APDL	45%	522.500,00	235.125,00	477.500,00	214.875,00
31-02-01-FDR-00010	2.1	Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines - Circulação rodoviária e Acessos	APS	50%	5.000.000,00	2.500.000,00	4.855.005,39	2.427.502,70

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
31-02-01-FDR-00011	2.1	Acessibilidades Terrestres na zona Leste do Porto de Sines (rodo-fer.) ao Terminal de Contentor	APS	50%	12.845.239,76	6.422.619,88	12.845.239,76	6.422.619,88
		Total Medida 2.1			140.923.455,37	58.632.869,12	130.067.606,60	54.073.288,58
31-02-02-FDR-00001	2.2	IC1 - Miramar/Coimbrões - 1ª Fase - Nó da Madalena	EP	55%	7.209.585,89	3.965.272,24	7.209.585,89	3.965.272,24
31-02-02-FDR-00002	2.2	IC24 - Espinho-Picoto (O.A)	EP	60%	4.242.077,70	2.545.246,62	4.242.077,70	2.545.246,62
31-02-02-FDR-00003	2.2	IC23 - Ligação entre o Nó de Areinho e a Avenida da República	EP	55%	8.733.044,27	4.803.174,35	8.733.044,27	4.803.174,35
31-02-02-FDR-00004	2.2	IC23 - Ligação do Nó de Areinho e a Av. República - Viadutos I e J	EP	55%	2.025.654,54	1.114.110,00	2.025.654,54	1.114.110,00
31-02-02-FDR-00005	2.2	IC29. Via Rápida de Gondomar	EP	55%	16.334.409,76	8.983.925,37	16.334.409,75	8.983.925,36
31-02-02-FDR-00006	2.2	IC29. Via Rápida de Gondomar (Obras de Arte)	EP	55%	16.135.742,79	8.874.658,53	16.135.742,79	8.874.658,53
31-02-02-FDR-00007	2.2	IC24 - Espinho-Picoto	EP	55%	2.411.802,47	1.326.491,35	2.411.802,48	1.326.491,36
31-02-02-FDR-00008	2.2	IC4. Via Infante de Sagres - lanço Guia / Lagoa sublanço Guia / Alcantarilha	EP	55%	19.091.444,16	10.500.294,29	19.091.444,16	10.500.294,29
31-02-02-FDR-00009	2.2	IC 1 - Beneficiação entre Alvalade e Ourique	EP	55%	6.341.825,29	3.488.003,91	6.341.825,29	3.488.003,91
31-02-02-FDR-00010	2.2	EN 1. Beneficiação entre o Limite do Distrito de Aveiro e Carvalhos	EP	55%	1.603.390,38	881.864,71	1.603.390,38	881.864,71
31-02-02-FDR-00011	2.2	IC2. Caminhos Paralelos entre Condeixa e Coimbra (2ª fase)	EP	55%	3.587.127,75	1.972.920,26	3.337.063,56	1.835.384,96
31-02-02-FDR-00012	2.2	IC23. Nó da Barrosa / Estação das Devesas	EP	55%	14.382.616,80	7.910.439,24	14.382.616,80	7.910.439,24
31-02-02-FDR-00013	2.2	IC 10. Ponte sobre o Rio Tejo em Santarém	EP	60%	30.002.264,54	18.001.358,72	30.002.264,52	18.001.358,71
31-02-02-FDR-00014	2.2	IC 24. Espinho / Picôto - 1º Trecho (2ª Fase)	EP	55%	12.387.659,87	6.813.212,93	12.387.659,87	6.813.212,93
31-02-02-FDR-00015	2.2	IC27. Monte Francisco - Odeleite	EP	55%	17.457.926,38	9.601.859,51	17.457.926,35	9.601.859,49
31-02-02-FDR-00016	2.2	IC28 Ponte de Lima/Ponte da Barca - Sublanço Nó com a EN202-Ponte de Lima	EP	55%	49.448.035,86	27.196.419,72	49.448.035,86	27.196.419,72
31-02-02-FDR-00018	2.2	Alarg. IC19 (Nó de Queluz/Nó de Tercena/Barcarena) e Remod. Cruzamento sob o IC19 em Terceira	EP	52%	3.038.390,38	1.579.963,00	2.411.005,81	1.253.723,02
31-02-02-FDR-00019	2.2	IC17 - CRIL - Sublanço Pontinha-Odivelas-Olival de Basto - Nó com a EN250-2 Ramo 2A	EP	60%	381.633,00	228.979,80	357.418,42	214.451,05
31-02-02-FDR-00020	2.2	IC29 - Via Rápida de Gondomar - 1ºSublanço (2ª Fase) e Alameda de Azevedo	EP	60%	21.462.190,65	12.877.314,39	19.667.307,29	11.800.384,37
31-02-02-FDR-00021	2.2	Remodelação do Nó de Francos e Beneficiação do IC23 entre a Ponte da Arrábida e a Ponte do	EP	60%	16.348.012,00	9.808.807,20	14.064.813,86	8.438.888,32
31-02-02-FDR-00022	2.2	IC3 - Nó da Boavista / EN17 (Ponte da Portela)	EP	61,3%	15.428.040,32	9.457.388,72	3.201.956,70	1.962.799,46
31-02-02-FDR-00023	2.2	IC1 Beneficiação entre Ourique e Santana da Serra	EP	61,3%	1.613.064,76	988.808,70	1.099.467,88	673.973,81
31-02-02-FDR-00024	2.2	IC2(EN1) Beneficiação entre o Km79+889 (LD Leiria Santarém) e o Km118+990 (Entroncamento	EP	61,3%	5.898.804,45	3.615.967,13	3.004.240,99	1.841.599,73
31-02-02-FDR-00025	2.2	Beneficiação do IC8	EP	61,3%	5.320.251,38	3.261.314,10	2.200.694,02	1.349.025,43
31-02-02-FDR-00027	2.2	EN361 Beneficiação entre Lourinhã e Bombarral	EP	61,3%	2.546.465,97	1.560.983,64	1.102.167,86	675.628,90
31-02-02-FDR-00028	2.2	Ligação entre o IC2 e o acesso Sul à Ponte Europa	EP	61,3%	7.304.798,82	4.477.841,68	87.235,71	53.475,49
31-02-02-FDR-00029	2.2	EN1 Beneficiação entre Landiosa e Picôto	EP	61,3%	16.863.191,64	10.337.136,48		0,00
		Total Medida 2.2			307.599.451,82	176.173.756,57	258.340.852,75	146.105.666,00
31-02-03-FDR-00001	2.3	Zona de Actividades Logísticas de Sines - Estudos Prep. Infraest. Zona I	PGS	50%	177.588,93	88.794,47	177.588,93	88.794,47
31-02-03-FDR-00002	2.3	Implementação do Novo Sistema de Bilhética da Carris	CARRIS	35%	5.145.794,67	1.801.028,13	3.472.231,66	1.215.281,08
31-02-03-FDR-00003	2.3	OTLIS - Carregamento de cartões Chip Via Terminais Remotos e ATM	OTLIS	35%	829.814,00	290.434,90		
		Total Medida 2.3			6.153.197,60	2.180.257,50	3.649.820,59	1.304.075,55
		EIXO 2			454.676.104,79	236.986.883,19	392.058.279,94	201.483.030,13
31-03-01-FDR-00001	3.1	Linha do Douro: Remodelação do Troço Cête (excl.)-Caide	REFER	50%	78.902.455,08	39.451.227,54	78.902.455,03	39.451.227,52
31-03-01-FDR-00002	3.1	Prolongamento da Linha Amarela - Campo Grande/Odivelas	ML	34,6%	289.017.341,00	100.000.000,00	245.082.464,6	84.798.532,74
31-03-01-FDR-00003	3.1	Linha de Guimarães I: Reversão do Subtroço Stº. Tirso - Lordelo	REFER	36,0%	37.860.060,30	13.629.621,71	31.131.589,9	11.207.372,38
		Total Medida 3.1			405.779.856,38	153.080.849,25	355.116.509,53	135.457.132,63

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
	3.2	Circular de Braga - Lanço Nó de Ínfias/Nó do Feira Nova	EP	55%				
31-03-02-FDR-00002	3.2	EN206 - Variante de Creixomil	EP	55%	6.898.934,56	3.794.414,01	6.898.934,56	3.794.414,01
31-03-02-FDR-00003	3.2	EN101 - Variante Urbana de Felgueiras	EP	55%	6.900.645,17	3.795.354,84	6.900.645,17	3.795.354,84
31-03-02-FDR-00004	3.2	EN341 - Arzila-Taveiro	EP	60%	8.935.255,51	5.361.153,31	8.935.255,50	5.361.153,30
31-03-02-FDR-00005	3.2	IC3 - Variante de Tomar	EP	60%	24.504.643,82	14.702.786,29	21.225.138,66	12.735.083,20
31-03-02-FDR-00006	3.2	EN356. Variante da Batalha	EP	55%	1.624.983,79	893.741,08	1.624.983,78	893.741,08
31-03-02-FDR-00007	3.2	IC 2 - Variante de Águeda	EP	55%	8.411.791,22	4.626.485,17	8.411.791,21	4.626.485,17
31-03-02-FDR-00008	3.2	IP1.EN264 - Beneficiação entre Santana da Serra e S. Marcos da Serra	EP	55%	5.787.050,28	3.182.877,65	5.787.050,28	3.182.877,65
31-03-02-FDR-00009	3.2	EN229 - Variante a Sátão	EP	55%	2.300.619,14	1.265.340,53	2.300.619,14	1.265.340,53
31-03-02-FDR-00010	3.2	IC3. VARIANTE A TOMAR/ Pontes sobre as Ribeiras de Bezelga e Várzea do Rio Nabão	EP	55%	9.735.389,44	5.354.464,19	9.735.389,44	5.354.464,19
	3.2	Acessos de Baião ao IP4 - (1ª Fase)	EP	55%				
31-03-02-FDR-00012	3.2	EN205 Nova Ponte sobre o Rio Cávado	EP	55%	2.238.118,90	1.230.965,40	2.238.118,90	1.230.965,40
31-03-02-FDR-00013	3.2	EN242 Beneficiação entre Marinha Grande e Nazaré	EP	55%	3.327.161,06	1.829.938,58	3.327.161,06	1.829.938,58
31-03-02-FDR-00014	3.2	EN 118 Beneficiação da Ponte de Benavente	EP	55%	4.987.978,97	2.743.388,43	4.987.978,97	2.743.388,43
31-03-02-FDR-00015	3.2	EN 342 - Variante entre Miranda do Corvo e Lousã	EP	55%	14.523.289,78	7.987.809,38	14.523.289,78	7.987.809,38
31-03-02-FDR-00016	3.2	EN 328. Beneficiação entre Vale de Cambra e Sever do Vouga	EP	55%	4.176.608,48	2.297.134,66	4.176.608,48	2.297.134,66
31-03-02-FDR-00017	3.2	Ponte Europa sobre o Rio Mondego	EP	55%	49.952.856,56	27.474.071,11	49.265.442,84	27.095.993,56
31-03-02-FDR-00018	3.2	EN 227. Beneficiação entre Vale de Cambra e Arões	EP	55%	2.808.016,94	1.544.409,32	2.808.016,94	1.544.409,32
31-03-02-FDR-00019	3.2	EN118 - Beneficiação entre L.D. Santarém e Nó de Arez	EP	55%	2.489.151,75	1.369.033,46	2.489.151,75	1.369.033,46
31-03-02-FDR-00020	3.2	Variante a EENN101 e 201 entre Braga e Prado	EP	55%	9.885.057,07	5.436.781,39	9.885.057,07	5.436.781,39
31-03-02-FDR-00021	3.2	Ligação do Nó de Loulé 1 da VIS a Loulé	EP	55%	2.137.430,53	1.175.586,79	1.768.059,52	972.432,74
31-03-02-FDR-00022	3.2	EN241 - Ligação Nó de Alvaiade (IP2)-Vila Velha de Ródão	EP	55%	2.090.132,99	1.149.573,14	2.090.132,99	1.149.573,14
31-03-02-FDR-00023	3.2	Nó de Angeiras (Ligação de Angeiras ao IC1)	EP	55%	3.011.369,87	1.656.253,43	3.011.369,86	1.656.253,42
31-03-02-FDR-00024	3.2	Via do Tâmega (3ª fase) - Celorico de Bastos / Amarante	EP	55%	9.216.987,06	5.069.342,88	9.216.987,05	5.069.342,88
31-03-02-FDR-00025	3.2	Variante a Camarate	EP	55%	870.758,06	478.916,93	870.758,03	478.916,92
31-03-02-FDR-00026	3.2	EN249.3 - Variante Nó de Oeiras da A5/S. Marcos (proximidades)	EP	55%	10.552.405,38	5.803.822,96	10.552.405,38	5.803.822,96
31-03-02-FDR-00027	3.2	Nova Ponte sobre o Rio Douro em Entre-os-Rios	EP	55%	9.823.759,74	5.403.067,86	9.823.759,74	5.403.067,86
31-03-02-FDR-00028	3.2	Reconstrução da Ponte Hintze Ribeiro sobre o rio Douro em Entre-os-Rios	EP	48,5%	7.342.209,43	3.560.971,57	7.342.209,43	3.560.971,57
31-03-02-FDR-00029	3.2	Variante à EN365-2 - Ligação Cartaxo/Nó de Aveiras de Cima	EP	50,0%	8.686.825,53	4.343.412,77	8.686.825,53	4.343.412,77
31-03-02-FDR-00030	3.2	EN326 Mansores-Arouca - Obras de Arte Especiais	EP	55,0%	10.984.914,00	6.041.702,70	8.447.461,82	4.646.104,00
31-03-02-FDR-00031	3.2	Variante a EN108 em Entre-os-Rios e Variante à EN224 entre a EN108 e a EN222	EP	55,0%	21.428.012,52	11.785.406,89	17.774.989,93	9.776.244,46
31-03-02-FDR-00032	3.2	Variante Nascente a Famalicão	EP	50,0%	26.091.447,08	13.045.723,54	26.091.447,08	13.045.723,54
31-03-02-FDR-00033	3.2	EN 118 - Beneficiação entre Vale de Cavalos e Arrepiado	EP	56,0%	4.134.628,40	2.315.391,91	4.134.628,40	2.315.391,90
31-03-02-FDR-00034	3.2	EN222 Reabilitação de 4 pontões no acesso a Castelo de Paiva e EN223 Alarg. e Benef.da Pont	EP	56,0%	1.680.251,08	940.940,61	1.680.251,08	940.940,60
31-03-02-FDR-00035	3.2	Variante a EN235 entre Oliveira do Bairro e Sangalhos	EP	60,0%	21.026.716,55	12.616.029,93	17.994.449,87	10.796.669,92
31-03-02-FDR-00036	3.2	Variante à EN321.1; Variante à EN211 trab. Compl.;Via do Tâmega - Variante à EN210 PS do Ou	EP	56,0%	6.696.960,59	3.750.297,93	6.696.960,59	3.750.297,93
31-03-02-FDR-00037	3.2	Variante a EN365-4 - Ligação da En243 (Videla) e Alcanena	EP	56,0%	5.296.463,31	2.966.019,46	5.296.463,31	2.966.019,45
31-03-02-FDR-00038	3.2	Variante às EENN101 e 206 - Ligação da Circular de Guimarães à Variante de Fafe	EP	56,0%	23.760.231,55	13.305.729,67	23.760.231,55	13.305.729,67
31-03-02-FDR-00039	3.2	EN254 -Variante Em S. Miguel de Machede	EP	56,0%	2.527.529,47	1.415.416,50	2.527.529,47	1.415.416,50

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
31-03-02-FDR-00040	3.2	EENN226/221 Beneficiação entre Vila Franca das Naves e Pinhel	EP	56,0%	8.426.909,34	4.719.069,23	4.095.013,27	2.293.207,43
31-03-02-FDR-00041	3.2	EN210 Beneficiação entre Arco de Baulhe (km 0,00) e Celorico de Basto (km 17,600)	EP	56,0%	1.190.256,39	666.543,58	1.190.256,39	666.543,58
31-03-02-FDR-00042	3.2	EN216 Beneficiação entre o Km 27+400 (Peredo) e o Km 55+200 (Mogadouro)	EP	56,0%	4.248.381,15	2.379.093,44	4.067.626,74	2.277.870,97
31-03-02-FDR-00043	3.2	EN310 Beneficiação entre Póvoa de Lanhoso (km 0,500) e Brito/Entroncamento com a EN206 (K	EP	56,0%	2.134.559,45	1.195.353,29	1.193.745,54	668.497,50
31-03-02-FDR-00044	3.2	Variante à EN333 entre Perrães e Águeda, nicluindo viaduto sobre a EN1	EP	60,0%	8.354.862,11	5.012.917,27	6.908.349,84	4.145.009,90
31-03-02-FDR-00045	3.2	EN342 Variante entre Miranda do Corgo e Lousã - Trabalhos Complementares	EP	56,0%	3.627.742,66	2.031.535,89	3.536.506,28	1.980.443,52
31-03-02-FDR-00046	3.2	Beneficiação da EN2 - 1ª Fase	EP	56,0%	13.972.726,29	7.824.726,72	13.972.726,29	7.824.726,72
31-03-02-FDR-00047	3.2	Variante à EN321-1 entre Soalhães e Baião	EP	60,0%	11.490.122,72	6.894.073,63	7.073.665,83	4.244.199,50
31-03-02-FDR-00048	3.2	Variante à EN222 - Ponte do Arda/EM504	EP	60,0%	26.370.174,09	15.822.104,45	7.040.678,19	4.224.406,91
31-03-02-FDR-00049	3.2	Variante à EN232 em Gouveia	EP	60,0%	7.591.239,58	4.554.743,75	4.490.722,71	2.694.433,63
31-03-02-FDR-00050	3.2	EN223 Beneficiação entre Corga do Lobão e Souto Redondo	EP	60,0%	1.978.853,01	1.187.311,81	1.935.649,09	1.161.389,45
31-03-02-FDR-00051	3.2	Variante à EN9-2 em Pêro Negro - Ligação do Nó da A8 à EN374	EP	60,0%	2.814.043,40	1.688.426,04	2.667.353,24	1.600.411,94
31-03-02-FDR-00052	3.2	Variante à EN212 entre Chã e Alijó	EP	60,0%	11.485.585,80	6.891.351,48	11.217.675,25	6.730.605,15
31-03-02-FDR-00053	3.2	Variante à EN222 - Beneficiação entre Arnelas (Km1+700) e a Barragem de Crestuma/Lever (Km	EP	60,0%	2.675.122,26	1.605.073,36	2.497.832,14	1.498.699,28
31-03-02-FDR-00054	3.2	EN211 Beneficiação entre Marco de Canaveses e Mosteirô	EP	60,0%	2.442.287,66	1.465.372,60	1.956.790,10	1.174.074,06
31-03-02-FDR-00055	3.2	Alargamento do IC19 - Reformulação dos Nós do Hospital e Queluz	EP	60,0%	2.711.290,98	1.626.774,59	1.779.515,17	1.067.709,10
31-03-02-FDR-00056	3.2	IC19 - Alargamento e Beneficiação entre o Nó de Queluz e o Nó do Cacém	EP	60,0%	16.665.433,92	9.999.260,35	887.771,43	532.662,86
31-03-02-FDR-00063	3.2	Reformulação do Nó do Regado - VCI Porto	EP	60,0%	6.125.717,54	3.675.430,52	875.963,85	525.578,31
31-03-02-FDR-00064	3.2	EN330 Beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres	EP	60,0%	8.925.330,60	5.355.198,36	2.081.042,53	1.248.625,52
31-03-02-FDR-00057	3.2	Via do Tâmega - Lanço Celoric de Basto/Amarante (Trabalhos Complementares)	EP	60,0%	2.776.997,45	1.666.198,47	1.028.328,56	616.997,14
31-03-02-FDR-00058	3.2	Variante à EN213 - Lanço Valpaços/IP4	EP	60,0%	20.514.160,35	12.308.496,21	1.281.332,29	768.799,37
31-03-02-FDR-00059	3.2	IC23 Nó da Barrosa / Av. da República	EP	60,0%	29.897.638,05	17.938.582,83	79.787,40	47.872,44
31-03-02-FDR-00062	3.2	EN18 Variante à Ponte sobre a Ribeira de Figueiró	EP	60,0%	1.170.014,11	702.008,47		0,00
31-03-02-FDR-00060	3.2	Variante à EN108 em Entre-Os-Rios e Variante à EN224 - 2ª Fase	EP	60,0%	5.781.056,17	3.468.633,70		0,00
31-03-02-FDR-00061	3.2	EN115-5 Ligação do MARL à Variante à EN10	EP	60,0%	10.642.240,63	6.385.344,38	486.842,58	292.105,55
31-03-02-FDR-00064	3.2	Variante à EN 238 entre proximidades de Ferreira do Zêzere e a EN110 (IC3)	EP	60,0%	15.978.061,00	9.586.836,60		
		Total Medida 3.2			576.837.392,29	328.364.217,28	415.632.728,87	232.225.570,24
		EIXO 3			982.617.248,67	481.445.066,53	770.749.238,40	367.682.702,87
31-04-01-FDR-00002	4.1	Remotorização e Modernização de 19 UDD's 400	CP	35%	7.510.788,95	2.628.776,13	7.510.788,94	2.628.776,13
31-04-01-FDR-00003	4.1	Modernização de 21 Automotoras ALLAN	CP	35%	12.005.602,22	4.201.960,78	12.005.602,22	4.201.960,78
31-04-01-FDR-00004	4.1	Modernização de 57 UTE's de Silício	CP	35%	124.350.119,00	43.522.541,65	113.506.705,61	39.727.346,96
31-04-01-FDR-00006	4.1	Aquisição de 34 UME's para a USGP	CP	35%	166.270.974,00	58.194.840,90	159.963.642,29	55.987.274,80
31-04-01-FDR-00007	4.1	Recuperação de Material Circulante em Serviço Regional de Via Estreita	CP	35%	1.405.514,00	491.929,90	906.714,25	317.349,99
31-04-01-FDR-00008	4.1	Plano de Monitorização dos Portos de Setúbal e Sesimbra	APSS	35%	784.261,92	274.491,67	427.395,29	149.588,35
31-04-01-FDR-00009	4.1	Campanha de promoção ao transporte público no corredor Sintra-Lisboa	CP	40%	282.650,18	113.060,07	282.650,18	113.060,07
31-04-01-FDR-00010	4.1	Implementação do Sistema de Gestão Ambiental do Porto de Aveiro e respectiva Certificação	APA	35%	44.812,49	15.684,37	31.603,84	11.061,34
31-04-01-FDR-00011	4.1	Programa de Gestão Ambiental do Porto de Leixões	APDL	35%	320.335,88	112.117,56	260.096,60	91.033,81
31-04-01-FDR-00012	4.1	Publicidade e Promoção do Prolongamento Campo Grande/Odivelas da Linha Amarela do Metro	ML	40%	270.714,00	108.285,60		0,00
31-04-01-FDR-00013	4.1	Estudo de Transporte Ferroviário de Mercadorias em Portugal	INTF	50%	514.187,00	257.093,50	411.349,69	205.674,85

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
31-04-01-FDR-00014	4.1	Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Conforto e Imagem	CP	35,0%	7.783.341,44	2.724.169,50		
		Total Medida 4.1			321.543.301,08	112.644.951,63	295.306.548,91	103.433.127,08
31-04-02-FDR-00001	4.2	EN7 Viaduto Duarte Pacheco - Reabilitação e Beneficiação Geral	EP	55%	6.522.075,99	3.587.141,79	5.265.763,63	2.896.170,00
31-04-02-FDR-00002	4.2	Reformulação do Cruzamento da EN10 com a EN119 - Nó do Infantado	EP	55%	734.168,00	403.792,40	618.283,74	340.056,06
31-04-02-FDR-00003	4.2	EN115 Reabilitação da Ponte da Sancheira	EP	50%	1.598.130,43	799.065,22	1.537.550,80	768.775,40
31-04-02-FDR-00004	4.2	EN313 Reabilitação da Ponte Metálica sobre o Rio Corgo (Vila Real)	EP	50%	1.572.425,00	786.212,50	1.572.425,00	786.212,50
31-04-02-FDR-00005	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linhas do Oeste e do Alentejo	REFER	50%	9.872.000,00	4.936.000,00	2.969.056,68	1.484.528,34
31-04-02-FDR-00006	4.2	Instalação de Sistema de Controlo Automático de Velocidade (Convel)	CP	50%	7.074.275,70	3.537.137,85	6.199.433,50	3.099.716,75
31-04-02-FDR-00007	4.2	Auditorias de Segurança Rodoviária	EP	50%	354.242,00	177.121,00	122.270,32	61.135,16
31-04-02-FDR-00008	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linha da beira Baixa (troço MouriscasCastelo Branco)	REFER	50%	3.393.000,00	1.696.500,00	3.393.000,00	1.696.500,00
31-04-02-FDR-00009	4.2	IP5 - Rotunda em Vilar Formoso e Melhoria do Parque TIR	EP	51%	1.894.940,52	966.419,67	1.862.054,90	949.648,00
31-04-02-FDR-00010	4.2	Melhoria da Segurança e da Qualidade das Estradas - EENN16, 225 e 234 - Distrito de Viseu	EP	51%	1.934.255,52	986.470,32	1.934.255,52	986.470,32
31-04-02-FDR-00011	4.2	Supressão de Passagens de Nível: Linha de Guimarães (Troço Santo Tirso-Guimarães):	REFER	45%	21.757.585,69	9.790.913,56	12.799.950,96	5.759.977,93
31-04-02-FDR-00012	4.2	Modernização de Material Circulante CORAIL - Componente Segurança	CP	50%	3.763.406,91	1.881.703,46	2.072.215,97	1.036.107,99
31-04-02-FDR-00013	4.2	Modernização de Locomotivas Eléctricas 2600 - Componente Segurança	CP	50%	3.408.347,17	1.704.173,59	2.662.080,50	1.331.040,25
31-04-02-FDR-00014	4.2	Melhoria da Segurança e Qualidade da EN222 no Distrito de Viseu	EP	51%	2.872.787,94	1.465.121,85	1.986.878,69	1.013.308,13
31-04-02-FDR-00015	4.2	Melhoria das Condições de Segurança do Porto de Leixões	APDL	51%	2.000.000,00	1.020.000,00	1.984.733,67	1.012.214,17
31-04-02-FDR-00016	4.2	Instalações de Apoio ao Trem Naval de Combate à Poluição e de Reboque	APSS	51%	6.140.000,00	3.131.400,00	451.811,46	230.423,84
31-04-02-FDR-00017	4.2	EN109/EN111 - Reabilitação da Ponte da Figueira da Foz e Acessos	EP	55%	10.752.782,66	5.914.030,46	8.922.905,30	4.907.597,92
31-04-02-FDR-00018	4.2	EN110 Beneficiação entre o km 103,200 (Cruz. com a EN358) e o km 115,270 (Cruz. com a EN3)	EP	51%	1.764.480,37	899.884,99	1.764.480,37	899.884,99
31-04-02-FDR-00019	4.2	Beneficiação da EENN17, 17-1 e 347	EP	51%	6.184.974,08	3.154.336,78	3.522.463,67	1.796.456,47
31-04-02-FDR-00020	4.2	Beneficiação da EN231	EP	51%	1.574.368,24	802.927,80	1.567.011,27	799.175,75
31-04-02-FDR-00021	4.2	Beneficiação da EN324	EP	51%	588.321,14	300.043,78	478.360,86	243.964,04
31-04-02-FDR-00022	4.2	EN230 Beneficiação do Pavimento entre o km154+100 e o km167+250 (Pedras Lavradas)	EP	51%	1.386.927,65	707.333,10	1.386.927,65	707.333,10
31-04-02-FDR-00023	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Beja - 1ª Fase	EP	51%	208.462,85	106.316,05	208.372,66	106.270,06
31-04-02-FDR-00024	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro	EP	51%	668.307,48	340.836,81	609.756,23	310.975,68
31-04-02-FDR-00025	4.2	EN114-3 Reabilitação do Pavimento entre Coruche (Km0+980) e Salvaterra de Magos (Km25+55)	EP	51%	837.197,92	426.970,94	804.804,54	410.450,32
31-04-02-FDR-00026	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Santarém	EP	51%	2.711.352,79	1.382.789,92	1.867.973,09	952.666,28
31-04-02-FDR-00027	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Portalegre	EP	51%	1.897.844,42	967.900,65	1.648.482,43	840.726,04
31-04-02-FDR-00028	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Porto	EP	51%	2.629.736,95	1.341.165,84	2.065.638,11	1.053.475,44
31-04-02-FDR-00029	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Leiria	EP	51%	629.658,87	321.126,02	397.395,39	202.671,65
31-04-02-FDR-00030	4.2	EN311 Reabilitação e Alargamento da Ponte da Pala (Km99+400)	EP	47,9%	95.013,22	45.511,33	92.218,04	44.172,44
31-04-02-FDR-00031	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Viana do Castelo	EP	47,9%	287.109,75	137.525,57	252.810,42	121.096,19
31-04-02-FDR-00032	4.2	EN17 Cruzamento com as EENN330 e 330-1	EP	47,9%	507.368,59	243.029,55	220.965,13	105.842,30
31-04-02-FDR-00033	4.2	Beneficiação e Alargamento de 3 pontões na EN115-2 e 1 pontão naEN1-4	EP	47,9%	472.274,21	226.219,35	423.087,86	202.659,08
31-04-02-FDR-00034	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Aveiro	EP	47,9%	3.513.268,86	1.682.855,78	425.957,29	204.033,54
31-04-02-FDR-00035	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Coimbra	EP	47,9%	918.832,71	440.120,87	423.846,39	203.022,42
31-04-02-FDR-00037	4.2	Beneficiação das EN1/IC2, EN109 e EN327 - Juntas de dilatação e taludes	EP	47,9%	707.776,44	339.024,91	519.763,17	248.966,56
31-04-02-FDR-00038	4.2	EN219 Beneficiação entre Vimioso e Algoso	EP	47,9%	2.441.591,77	1.169.522,46	1.597.613,21	765.256,73

Código	Eixo/ Medida	Identificação do Projecto	Exec.	Taxa	Aprovado		Executado	
					Investimento Elegível	Montante Compartic.	Despesa Elegível	Despesa FEDER
31-04-02-FDR-00039	4.2	Beneficiação das EN8 e EN8-5 - Execução de Muro de Suporte, Sistema de Drenagem e Passeio	EP	47,9%	623.344,97	298.582,24	191.634,20	91.792,78
31-04-02-FDR-00043	4.2	Sistema de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) no Continente	IPTM	47,9%	100.973.648,00	48.366.377,39		0,00
31-04-02-FDR-00036	4.2	EN18 Beneficiação de Cruzamento em Alcaria - Construção de Rotunda	EP	47,9%	217.862,90	104.356,33	123.431,66	59.123,77
31-04-02-FDR-00040	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Faro - 2ª Fase	EP	47,9%	215.419,24	103.185,82	208.235,12	99.744,62
31-04-02-FDR-00041	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Bragança	EP	47,9%	390.382,90	186.993,41	232.628,41	111.429,01
31-04-02-FDR-00042	4.2	Reabilitação de Obras de Arte no Distrito de Évora	EP	47,9%	212.328,67	101.705,43		0,00
		Total Medida 4.2			218.302.278,52	106.979.846,81	77.388.527,81	38.941.071,99
		EIXO 4			539.845.579,60	219.624.798,44	372.695.076,72	142.374.199,07
31-05-01-FDR-00001	5	Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2001	GEP	75%	211.634,34	158.725,76	211.634,35	158.725,76
31-05-01-FDR-00002	5	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2001	GEP	75%	53.581,56	40.186,17	53.581,54	40.186,16
31-05-01-FDR-00003	5	Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2002	GEP	75%	338.775,72	254.081,79	338.775,72	254.081,79
31-05-01-FDR-00004	5	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2002	GEP	75%	424.492,17	318.369,13	424.492,17	318.369,13
31-05-01-FDR-00005	5	Apoio à Gestão, Acompanhamento e Controlo - 2003	GEP	75%	422.175,88	316.631,91	422.175,88	316.631,91
31-05-01-FDR-00006	5	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação - 2003	GEP	75%	281.949,48	211.462,11	281.949,48	211.462,11
31-05-01-FDR-00007	5	Apoio a Gestão, Acompanhamento e Controlo 2004-2006 (Despesas In)	GEP	75%	6.049.250,38	4.536.937,79	675.055,72	506.291,79
31-05-01-FDR-00008	5	Avaliações Externas, Publicidade e Divulgação 2004-2006 (Despesas Out)	GEP	75%	1.283.174,32	962.380,74	275.408,42	206.556,32
		Total AT			9.065.033,85	6.798.775,40	2.683.073,28	2.012.304,96
		TOTAL			2.458.749.839,22	1.067.676.030,71	1.895.745.034,19	798.842.836,27